

Relatório de Estabilidade Financeira (REF)

Comentários

Banco Central do Brasil | Maio, 2024

Elaboração: Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



Pauta

Sumário

Mercados Financeiros Internacionais

Liquidez

- Captações totais, externas e domésticas
- Liquidez de curto prazo
- Liquidez de longo prazo

Crédito

- Hiato
- Crédito Amplo
- Crédito às pessoas jurídicas e físicas
- Apetite ao Risco
- Ativos Problemáticos
- Capacidade de Pagamento
- Provisões

Rentabilidade

- Retorno sobre o patrimônio
- Resultado de Intermediação Financeira
- Eficência Operacional

Solvência

Testes de Estresse

Pesquisa de Estabilidade Financeira

Sumário

- Com base nos dados até o 2º semestre de 2023, o Banco Central (BC) divulgou o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de maio que descreveu o panorama da evolução recente do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e as perspectivas para a estabilidade financeira. Realizada em fev/24, a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) apontou o cenário externo como o fator de risco mais importante, refletindo as tensões geopolíticas, a persistência da inflação e o aperto das condições financeiras nas economias avançadas. Ademais, com uma melhora na percepção dos ciclos econômico e financeiro, as Instituições Financeiras (IFs) aumentaram o seu apetite ao risco e mantiveram a confiança elevada na estabilidade do SFN.
- Além de não ser significativa, a representatividade do *funding* externo nas captações vem se reduzindo. Impulsionado pela dinâmica dos depósitos a prazo, dos instrumentos com isenção tributária e dos depósitos judiciais, o estoque cresce de forma considerável. No 2º semestre, houve ainda um aumento da participação das captações de longo prazo nos números agregados. Graças ao êxito da disseminação das plataformas de investimento, observa-se um movimento de redução na concentração das captações, com perda de participação de mercado das IFs dos segmentos S1 e S2. Simultaneamente, houve uma convergência entre as taxas praticadas entre os diferentes segmentos prudenciais. Ainda no que tange à liquidez, os indicadores de risco de curto e longo prazo mantêm-se em patamar adequado à manutenção do funcionamento do sistema de intermediação e da estabilidade financeira.
- Apesar da desaceleração do financiamento à economia real, com a redução das taxas de crescimento anual das fontes de empréstimos, a relação crédito amplo/ PIB voltou a crescer, aumentando a diferença em relação à sua tendência de longo prazo. O mercado interno de dívida corporativa ganhou representatividade como fonte de financiamento, especialmente para as grandes empresas (Ge).
- No âmbito do SFN para pessoas jurídicas (PJ), a redução do ritmo de elevação foi mais pronunciada no segmento das micro, pequenas e médias empresas (MPMe). Apresentando alguns sinais de acomodação, a expectativa é que se tenha no futuro uma estabilização na materialização do risco de crédito para as MPMe. Já para as Ge, com a previsão de que as baixas a prejuízo superem as novas entradas de ativos problemáticos (APs), a tendência deverá continuar sendo de queda.
- Com exceção da modalidade financiamento de veículos, o crescimento do crédito às pessoas físicas (PF) continuou perdendo força, enquanto os saldos com cartão de crédito e crédito não consignado apresentaram uma evolução mais estável nos últimos meses de 2023. A materialização de risco recuou na maioria das modalidades para PF. A melhora no mix de produtos, com avanço nas modalidades menos arriscadas, associada a critérios de contratação estáveis, propiciou uma melhora nas estimativas de probabilidade de *default*, o que sugere uma redução dos percentuais de APs nos próximos meses.

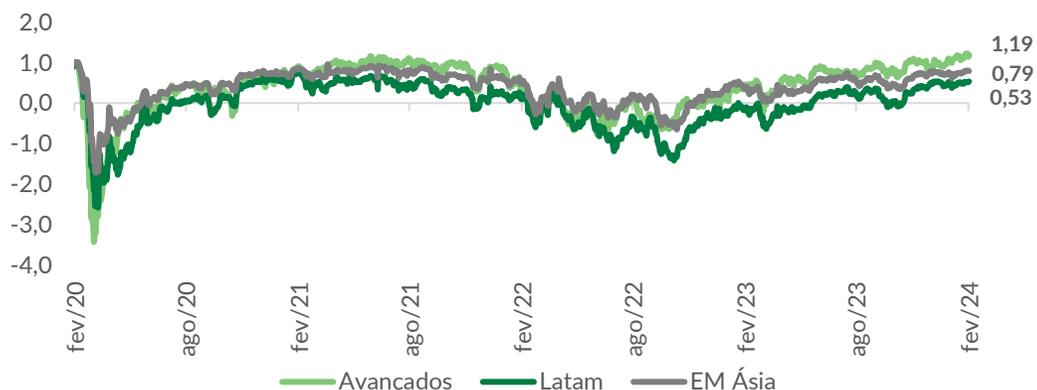
Sumário

- Ainda que fosse mantido o baixo apetite ao risco, a desaceleração da expansão da carteira de crédito perdeu força em todos os segmentos do SFN. Porém, a carteira de crédito dos bancos privados do segmento prudencial S1 apresentou o menor crescimento entre os segmentos analisados. As entidades digitais e as cooperativas de crédito e os bancos cooperativos (SNCC) mantiveram um ritmo de aumento mais acelerado. Por sua vez, a materialização do risco nas carteiras de crédito reduziu-se em todos os segmentos, com a exceção do relativo às SNCC. As provisões mantiveram-se superiores às estimativas de perda esperada, acompanhando a melhora do risco e a redução das perdas esperadas no período. Dentre os segmentos, os maiores Índices de Cobertura (IC) eram os dos bancos públicos e privados de S1.
- A rentabilidade recuperou-se no 2º semestre de 2023, com uma redução na quantidade de IFs com ROE abaixo de 0%. A continuidade do ciclo de afrouxamento monetário tende a continuar impulsionando a margem financeira de crédito e pressionando a de tesouraria. Desde o final de 2021, o crescimento mais elevado das despesas administrativas em relação às receitas operacionais vem reduzindo a eficiência operacional. Os índices de capitalização permanecem confortavelmente acima dos mínimos regulamentares, de modo que 96,2% das IFs são capazes de atender ao requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR), utilizando somente Capital Principal, considerado de melhor qualidade. Concluindo, os testes de estresse de capital e liquidez indicaram que o sistema bancário possui nível adequado de capitalização e de ativos líquidos em todos os cenários adversos simulados.

Mercados Financeiros Internacionais

Apetite ao Risco

Até fev/24

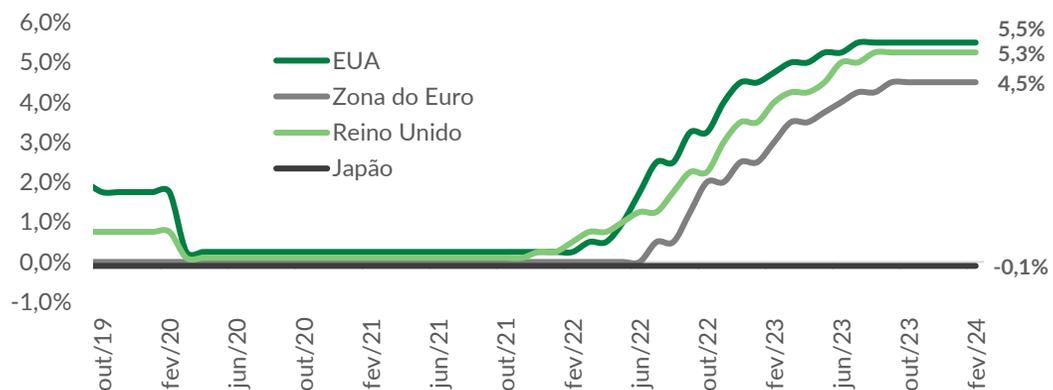


Avancados: EUA, Área do Euro, Japão | Latam: Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru | EM Ásia: China, Coreia, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia

Fontes: Bloomberg, Reuters e Fed St Louis

Taxa de Juros

Economias avançadas - em % a.a.

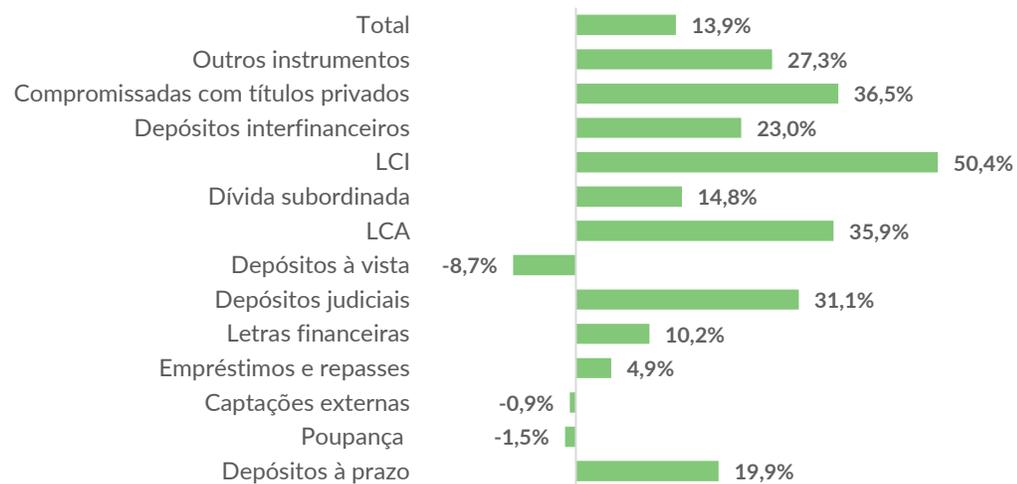


Fonte: Bloomberg

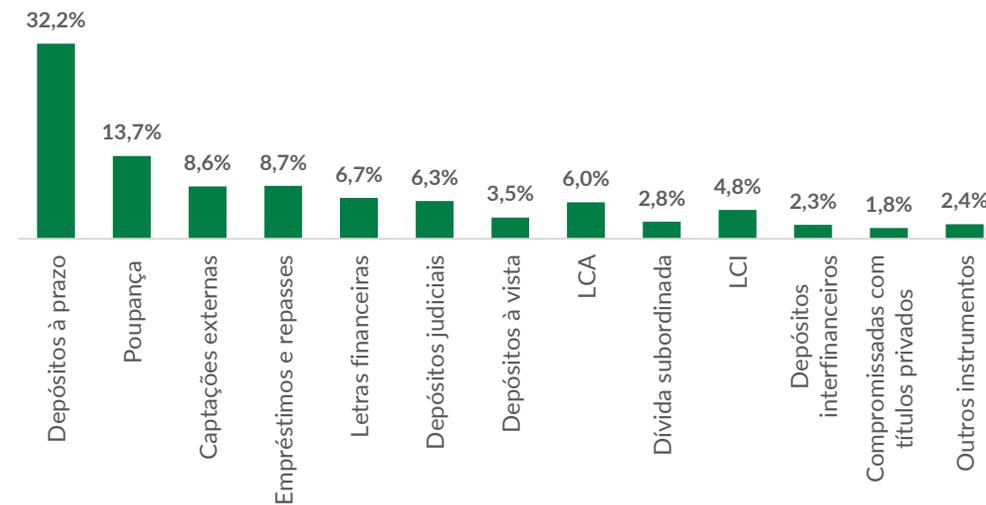
- Para o BC, a despeito de vulnerabilidades, o sistema financeiro internacional mostra-se resiliente, acomodando os choques exógenos recentes, à trajetória de desinflação em curso e as condições financeiras mais apertadas com custos de captação e de crédito em elevação.
- Com as economias avançadas determinadas em convergir às metas inflacionárias e as incertezas acerca da extensão do período de juros restritivos, remanescem os riscos de materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros globais que podem ter impacto relevante nos países emergentes. Principalmente, com os eventuais desdobramentos na volatilidade e na elevação das taxas de juros de longo prazo nos EUA e na dinâmica de crescimento na China.
- Nos EUA, ainda sob efeito dos eventos de estresse, o setor bancário ainda procura reequilibrar o nível de reservas e de depósitos. As condições de crédito permanecem restritivas, com algumas modalidades de crédito apresentando um aumento da inadimplência, apesar dos níveis ainda serem baixos em termos históricos. A maior fonte de receitas advém do mercado de crédito imobiliário comercial. Ainda que não se tenham ocorrências, preocupam as mudanças estruturais no setor comercial, que resultaram em um menor nível de ocupação e diminuição dos preços dos ativos com esses lastros. Contudo, as condições financeiras das famílias permanecem favoráveis, com níveis de endividamento e de serviços da dívida bem inferiores aos observados na crise de 2008 e sem alterações relevantes ao pré-pandemia.
- Com foco nos problemas dos setores com maiores dificuldades, o governo da China procura estimular o crescimento da atividade econômica. O setor de incorporação imobiliária prossegue como o principal ponto de atenção no que tange aos riscos do sistema financeiro. Os investimentos no setor apresentaram quedas pronunciadas no início de ano, com reduções na área de construção iniciada e em andamento, bem como quedas nas vendas e um acúmulo de unidades edificadas terminadas, mas não vendidas. Por fim, os indicadores do segmento bancário, como inadimplência, adequação de capital e retorno sobre o total de ativos, apresentaram estabilidade no período, enquanto a margem líquida de juros apresentou redução.
- Monitorando a evolução do cenário internacional, o BC avalia a situação como confortável já que a exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio é baixa e a dependência de *funding* externo é pequena.

Captações Totais

Variação Anual
Por instrumento



Composição



Fonte: Banco Central do Brasil

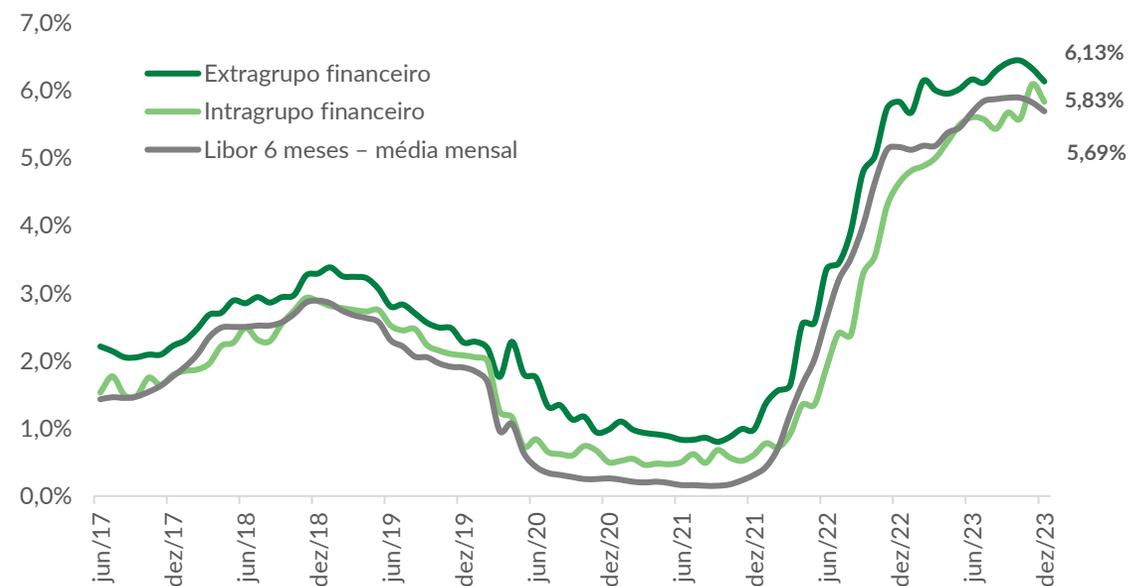
- Com uma contribuição agregada na variação de 12 meses (12m) de 11,4 p.p. dos depósitos a prazo, dos instrumentos com isenção tributária e dos depósitos judiciais, o ritmo de crescimento do estoque das captações totais do sistema bancário aumentou de 13,2% a.a. em jun/23 para 13,9% a.a. em dez/23 (13,7% a.a. em dez/22).
- Mesmo desacelerando de 22,1% a.a. em jun/23 para 19,9% a.a. em dez/23 (18,8% a.a. em dez/22), a participação dos depósitos a prazo no total das captações avançou de 32,0% para 32,2% (30,6% em dez/22). Por sua vez, a expansão do saldo em instrumentos isentos de tributação, passou de 56,9% a.a. em jun/23 para 35,9% a.a. (73,4% a.a. em dez/22) nas Letras de Crédito Agrícola (LCA) e de 67,3% a.a. para 50,4% a.a. (66,5% a.a. em dez/22) nas Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Porém, com a Resolução CMN 5.119/24 promovendo ajustes nos lastros elegíveis e nos prazos de vencimento da LCA, da LCI e da Letra Imobiliária Garantida (LIG), tem-se a expectativa de desaceleração no ritmo de crescimento desses instrumentos.
- Impulsionados pela liberação de recursos destinados ao pagamento de precatórios, o estoque dos depósitos judiciais saiu de um avanço de 15,8% a.a. em jun/23 para 31,1% a.a. em dez/23 (15,6% a.a. em dez/22). Por sua vez, o estoque de recursos na caderneta de poupança continuou a apresentar queda, passando de -4,3% a.a. em jun/23 para -1,5% a.a. em dez/23 (-3,1% a.a. em dez/22). Esta trajetória constitui-se um ponto de atenção para o *funding* do crédito imobiliário.

Captações Externas

- A representatividade do *funding* externo no total de captações do SFN vem se reduzindo. Apesar da depreciação do real no 2º semestre de 2023, as captações externas exibiam em dez/23 uma queda de -0,9% a.a. ante -4,4% a.a. em jun/23 (-10,7% a.a. em dez/22). Dessa forma, no período, a parcela desses recursos na composição das captações recuou -0,9 p.p. para 8,6%.
- O custo das linhas externas vinculadas à exportação acompanhou as taxas de juros internacionais de referência, com elevação na 1ª metade do 2º semestre e redução no 2º trimestre, principalmente nas captações extragrupo. A percepção é que haja continuidade desta tendência no próximo semestre.
- Em dez/23, a taxa de juros extragrupo financeiro era de 6,13% a.a., mantendo-se praticamente estável no semestre (+0,3 p.p. em 12m). Com elevações de 0,2 p.p. no semestre (+1,2 p.p. em 12m), a taxa para as operações intragrupo financeiro ficou em 5,83% a.a.. Em 5,69% a.a., a taxa média mensal da libor de 6 meses manteve-se praticamente estável no semestre (+0,5 p.p. em 12m).

Linhas de Crédito para Exportação

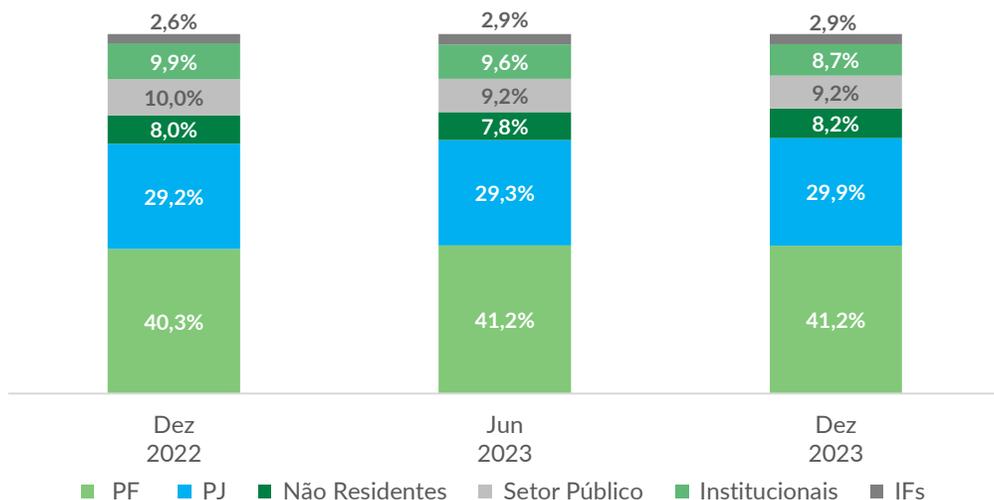
Custo em % a.a.



Fonte: Banco Central do Brasil

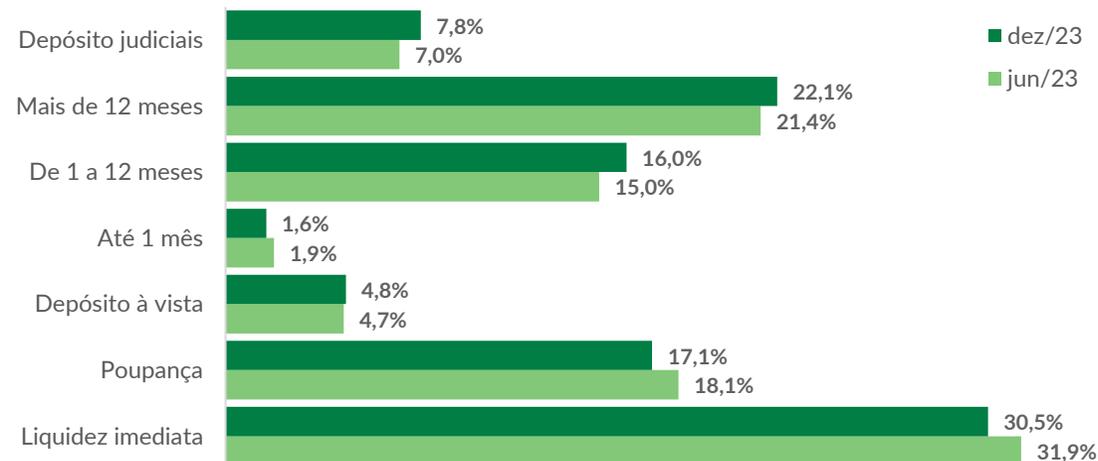
Captações Domésticas

Perfil do Investidor



Liquidez

Participação - captação doméstica

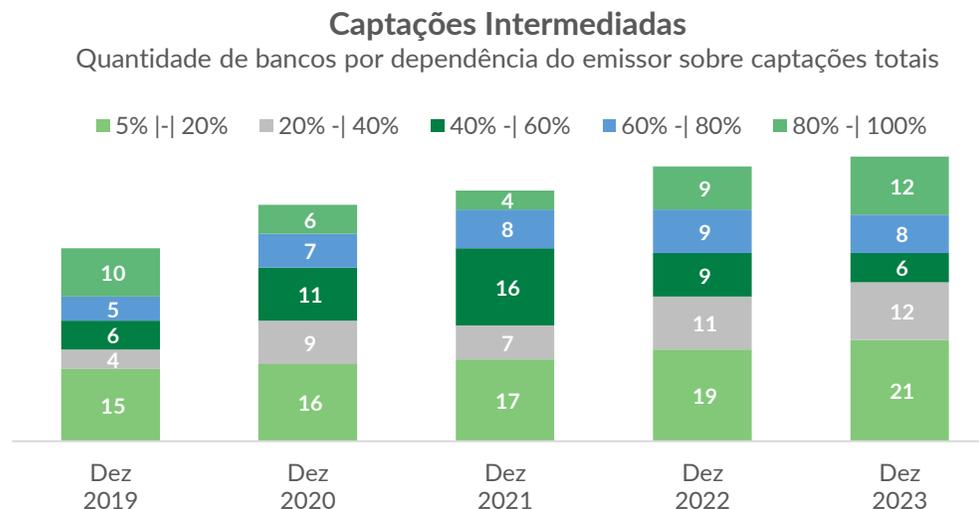
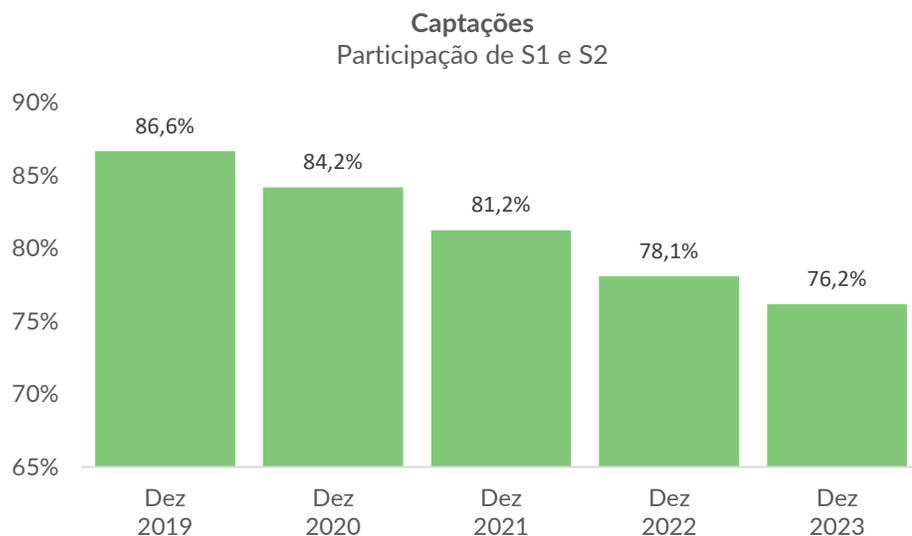


Fonte: Banco Central do Brasil

- Nas captações domésticas, o 2º semestre foi marcado pelo aumento da participação das captações de longo prazo na carteira agregada. Além do incremento dos depósitos judiciais, a participação das captações entre 1 e 12m avançou em 1,1 p.p. no período (+1,9 p.p. em 12m) para 16,0% no prazo e a dos recursos acima de 12m em 0,7 p.p. (+0,6 p.p. em 12m) para 22,1%. Esse comportamento retomou a tendência interrompida, no 1º semestre de 2023, de procura por aplicações mais longas e rentáveis em um cenário de taxas ainda elevadas. Com queda de -0,3 p.p. no semestre (+0,3 p.p. em 12m), a participação para o prazo até 1 mês ficou em 1,6%. Como a mais representativa, a parcela de captações com liquidez imediata caiu no período -1,3 p.p. para 30,5% (+0,2 p.p. em 12m).
- Como os principais provedores, os recursos das PF mantiveram no 2º semestre uma participação de 41,2% do total das captações domésticas (40,3% em dez/22). No período, a representatividade das PJ elevou-se em 0,6 p.p. para 29,9% (+0,7 p.p. em 12m). A parcela de recursos advindos do setor público estabilizou-se no semestre em 9,2% (-0,8 p.p. em 12m). A dos investidores institucionais exibiu uma redução de -0,9 p.p. (-1,2 p.p. em 12m) para 8,7%. Por fim, representando 2,9% do saldo total das captações domésticas, o peso de recursos de IFs registrou estabilidade no semestre (+0,3 p.p. em 12m).

Desconcentração das captações

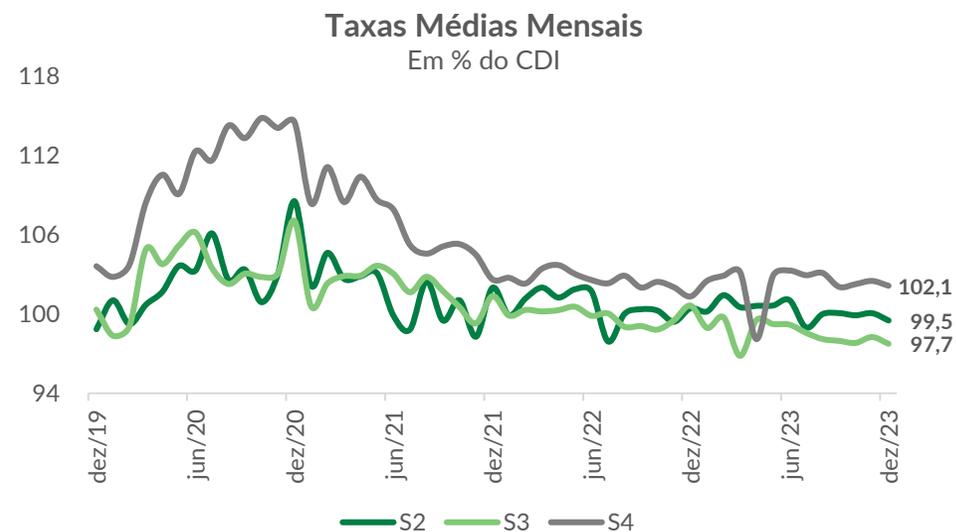
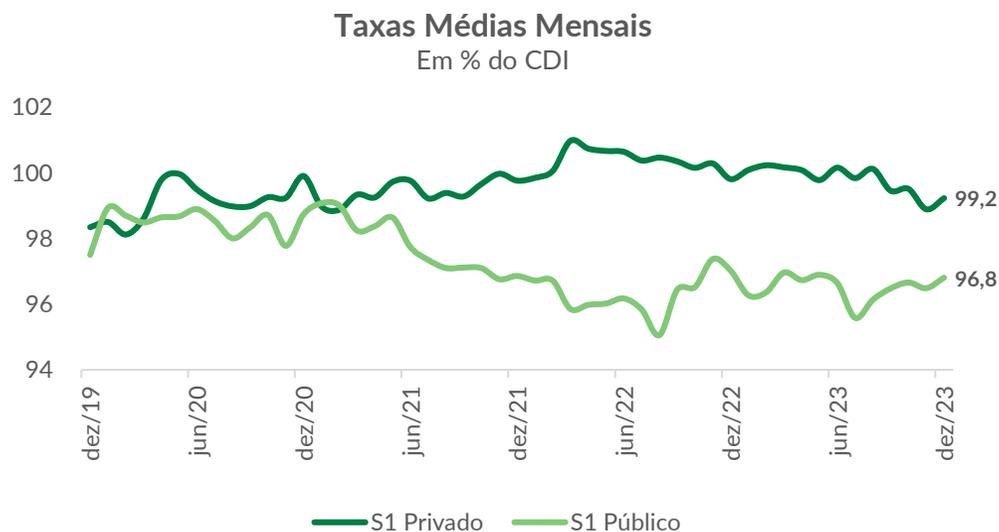
- Persiste o movimento de redução na concentração nas captações no SFN. Entre dez/22 e dez/23, a participação dos bancos do segmento S1 reduziu de 69,4% para 68,4% (75,0% em dez/19) e a dos S2 de 8,7% para 7,8% (11,7% em dez/19). Considerando-se dez/19 como referência, houve avanço de 4,7 p.p. na participação do SNCC para 8,1%, de 3,7 p.p. nas IFs do S3 para 11,3% e de 1,8 p.p. para 2,3% nas instituições de pagamento (IP).
- Esse processo tem sido fortemente impulsionado pelas captações do SFN intermediadas por plataformas de investimento que acumulou um crescimento de 246,5% desde dez/19. Como principal fonte de captação para um conjunto de IFs de menor porte, o ritmo de expansão de recursos obtidos por esses dispositivos desacelerou de 47,0% a.a. em dez/22 para 17,3% a.a. Porém, com o objetivo de desincentivar e limitar a alavancagem no uso da garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) como meio de atração das captações, publicou-se em dez/23 a Resolução CMN 5.114.
- Na análise da quantidade de bancos por faixa de dependência deste tipo de funding, observa-se que 21 IFs estão na faixa entre 5%-20%, 12 entre 20%-40%, 6 entre 40%-60%, 8 entre 60%-80% e 12 entre 80% e 100%. Como tendência de prazo mais longo, o número de IFs com dependência superior a 40% subiu de 21 para 26. No segmento não bancário, o número de IFs com dependência desse tipo de intermediação superior a 40% subiu de 13 para 29.



Fonte: Banco Central do Brasil

Custos de Captação

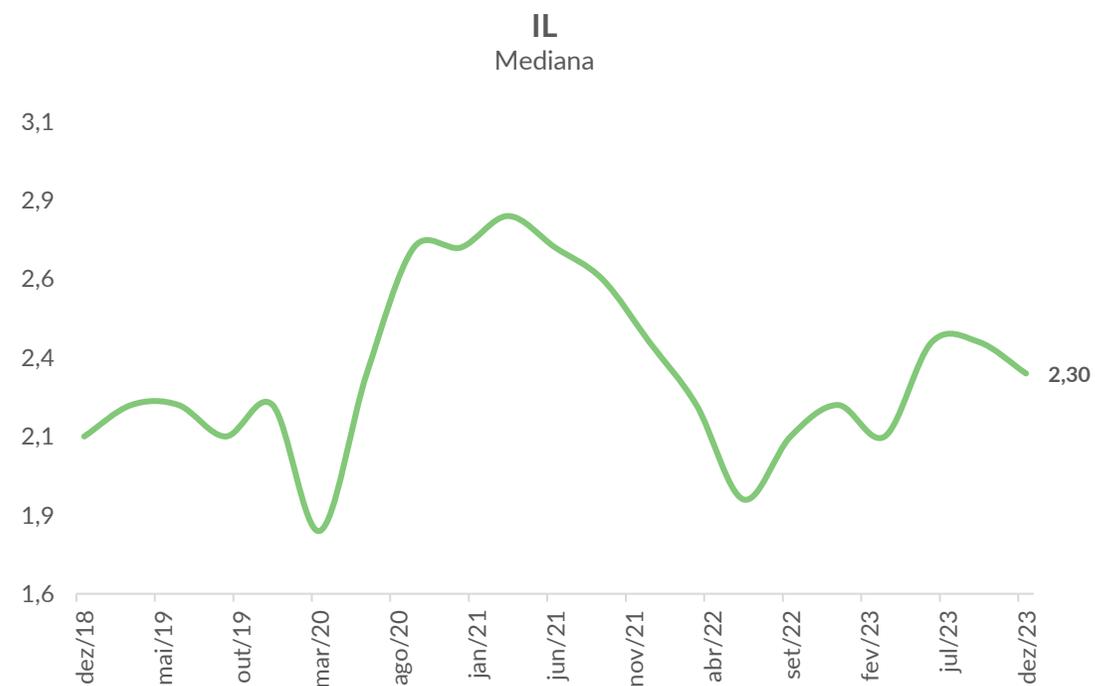
- Os *spreads* em relação ao Depósito Interfinanceiro (DI) vêm diminuindo, tendo como principal componente a queda das taxas dos depósitos a prazo, possivelmente associada ao excesso de liquidez do mercado. Ademais, ao longo do tempo, as taxas de captações praticadas entre os diferentes segmentos prudenciais aproximaram-se, principalmente como fruto da participação das captações intermediadas.
- Em 2023, houve redução nos custos de captação em quase todos os segmentos. A exceção ficou para as IFs de S4 que tiveram um aumento de 0,8 p.p. em 12m para 102,1% do DI. Em menor patamar, o custo para os bancos S1 de controle público ficou em 96,8% do DI, com uma redução de -0,2 p.p. em 12m. Para os S1 de controle privado o indicador ficou em 99,2% do DI, acumulando uma redução de -0,6 p.p. em 12m. No ano, a maior queda foi de -2,9 p.p. nos S3, finalizando em 97,7% do DI. Com retração de -0,9 p.p. em 12m, o custo para os S2 ficou em 99,5% do DI.



Fonte: Banco Central do Brasil

Liquidez de Curto Prazo

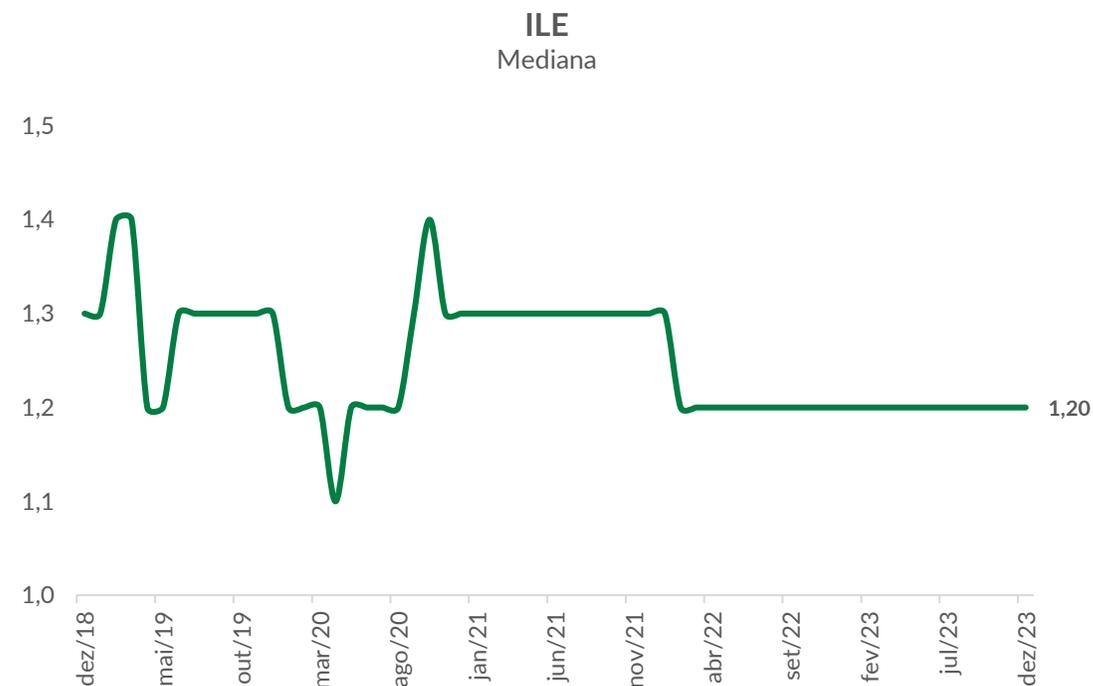
- Considerando no cálculo um cenário de estresse com perda de valor dos ativos por evento de risco de mercado, de corrida bancária e de saída dos principais depositantes, o Índice de Liquidez de curto prazo (IL) para os bancos calcula a relação entre os ativos líquidos para cobrir as necessidades de caixa em 30 dias. Com uma redução de -0,1 no 2º semestre, a mediana do IL encerrou dez/23 em 2,3 (2,2 em dez/22), mantendo-se porém em patamar sólido para a manutenção do funcionamento do sistema de intermediação e da estabilidade financeira.
- O indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR), obrigação regulamentar para as IFs de S1, mostrou uma melhora na liquidez dos bancos privados, resultante da combinação da desaceleração no ritmo de crescimento do crédito com o crescimento das captações líquidas e, conseqüentemente, da redução na relação entre empréstimos e depósitos das IFs. Com maior participação de operações de menor risco e menor arrefecimento nos empréstimos, os bancos públicos não apresentaram alteração significativa no risco de liquidez de curto prazo.
- Adicionalmente, a valorização de títulos na carteira das IFs, provenientes da redução das taxas de juros no período, foi determinante para elevar a margem de segurança de liquidez. A reprecificação dos títulos também foi importante para o aumento dos ativos líquidos, em especial quando se considera que todos os ativos líquidos na carteira das IFs são marcados a mercado para o cálculo dos indicadores de liquidez.



Fonte: Banco Central do Brasil

Liquidez Estrutural

- A estrutura de captações mantém-se em patamar compatível com o financiamento dos ativos de longo prazo. As IFs de S1 que devem cumprir o limite do Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR) apresentaram desaceleração no ritmo de crescimento do crédito, o que levou a um aumento modesto nos Recursos Estáveis Requeridos (RSF). No sentido oposto, a elevação das fontes de recursos de longo prazo, incluindo o capital regulatório e as captações de varejo e atacado acima de 1 ano, compensaram o aumento dos RSF, resultando em uma maior resiliência da liquidez estrutural.
- Aplicando-se um cálculo simplificado do NSFR aos conglomerados individuais, verificou-se que o Indicador de Liquidez Estrutural (ILE) apresentou variações relevantes na relação entre os recursos estáveis para financiar os ativos de longo prazo, sem impacto na capacidade de financiamento das atividades. As IFs com o indicador acima de 1 apresentam um menor descasamento de prazos entre ativos e passivos, estando menos sujeitas a problemas futuros de liquidez.
- Permanecendo no mesmo patamar desde fev/22, a mediana do ILE fechou o ano de 2023 em 1,2. Embora tenha ocorrido uma piora nas faixas mais baixas de distribuição (percentil 10%), a ampla maioria das IFs mantém níveis adequados de recursos em seus balanços para financiar uma potencial retomada do crédito.

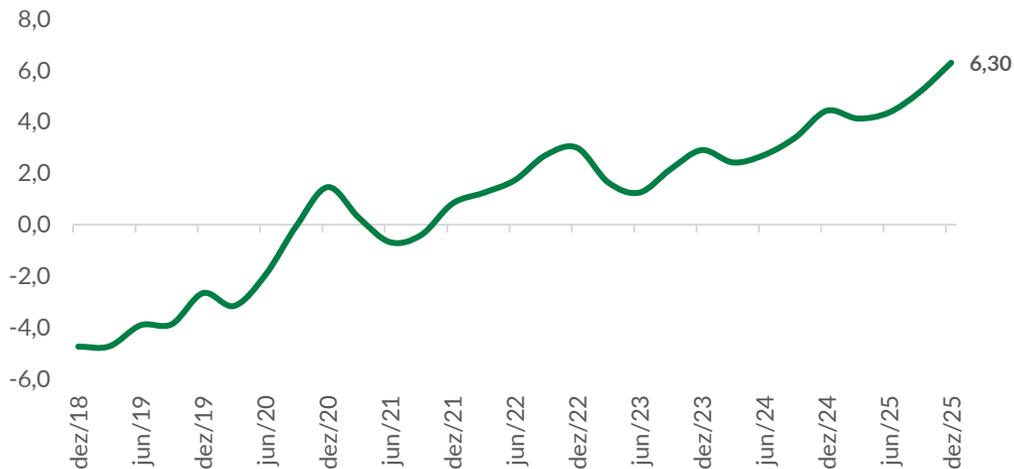


Fonte: Banco Central do Brasil

Hiato do Crédito Amplo

Em relação ao PIB

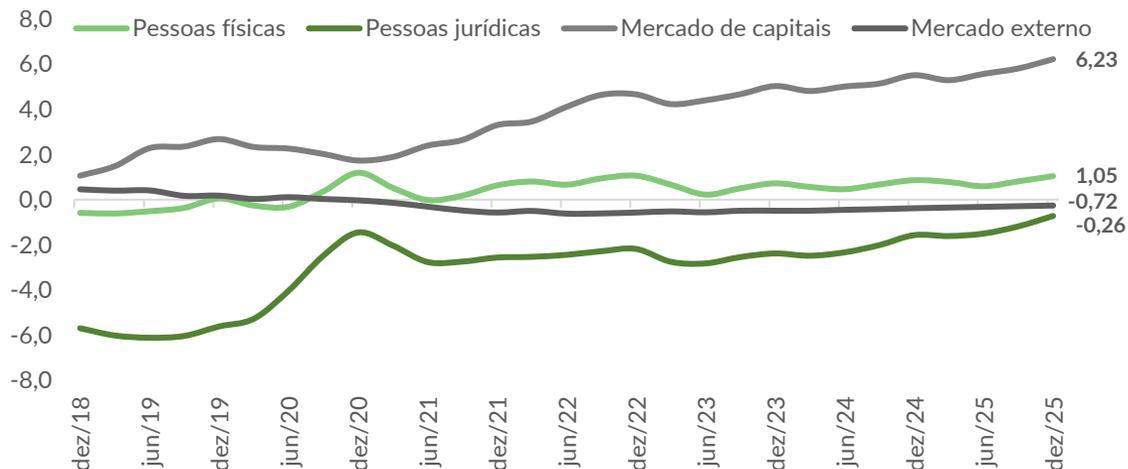
Com retirada da variação cambial – em p.p.



Fonte: Banco Central do Brasil

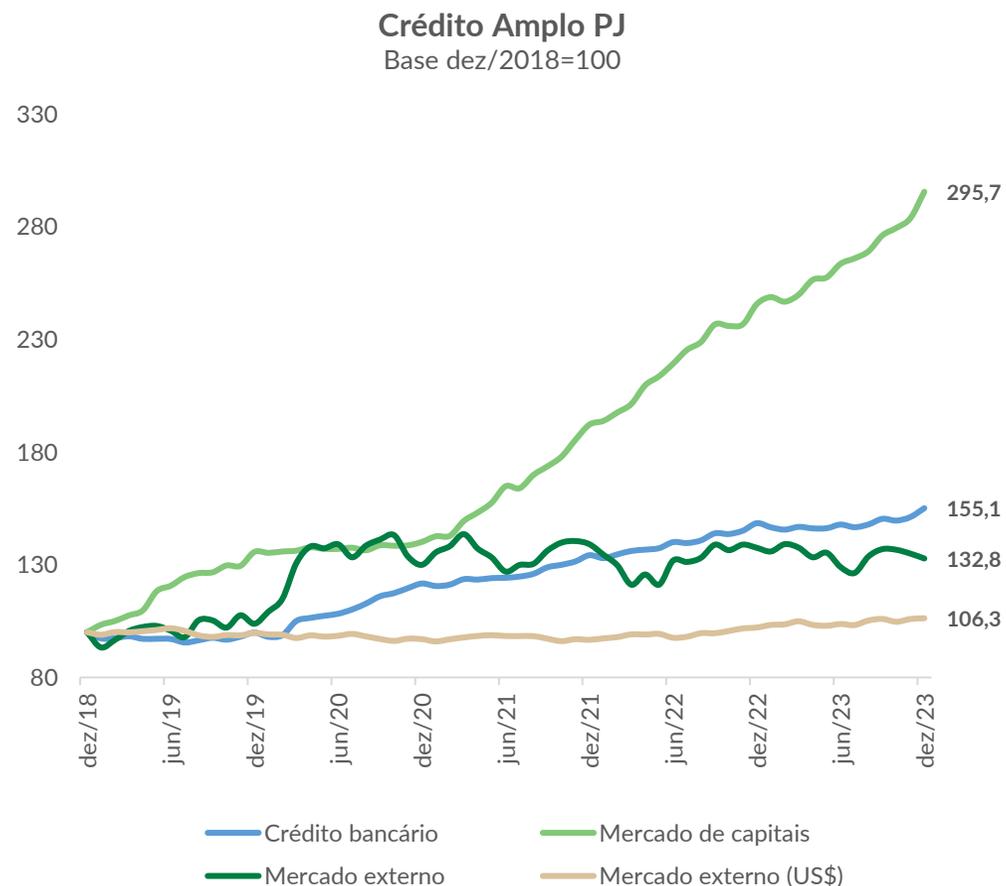
Em relação ao PIB

Com retirada da variação cambial



- Apesar da desaceleração do financiamento à economia real, com a redução das taxas de crescimento anual das fontes de crédito amplo ao longo do 2º semestre, a relação crédito amplo/ PIB voltou a crescer, aumentando a diferença em relação à sua tendência de longo prazo, em valores próximos àqueles verificados em dez/22.
- Em tese, essa medida traria uma sinalização se a expansão estaria excessiva, o que poderia gerar correções repentinas com efeitos prejudiciais à estabilidade financeira. Porém, ainda que a projeção de crescimento do hiato de crédito amplo/PIB demande atenção, outros fatores também devem ser considerados. Assim, o próprio Comitê de Basileia não advoga o uso mecânico desse indicador.
- Com a recuperação do seu dinamismo após os eventos negativos do 1º semestre, o mercado de capitais segue como o principal vetor para o movimento de alta no hiato, exibindo uma perspectiva favorável com a expectativa de juros internos mais baixos. Por outro lado, o crédito para PJ e o mercado externo apresentam um cenário mais desfavorável.

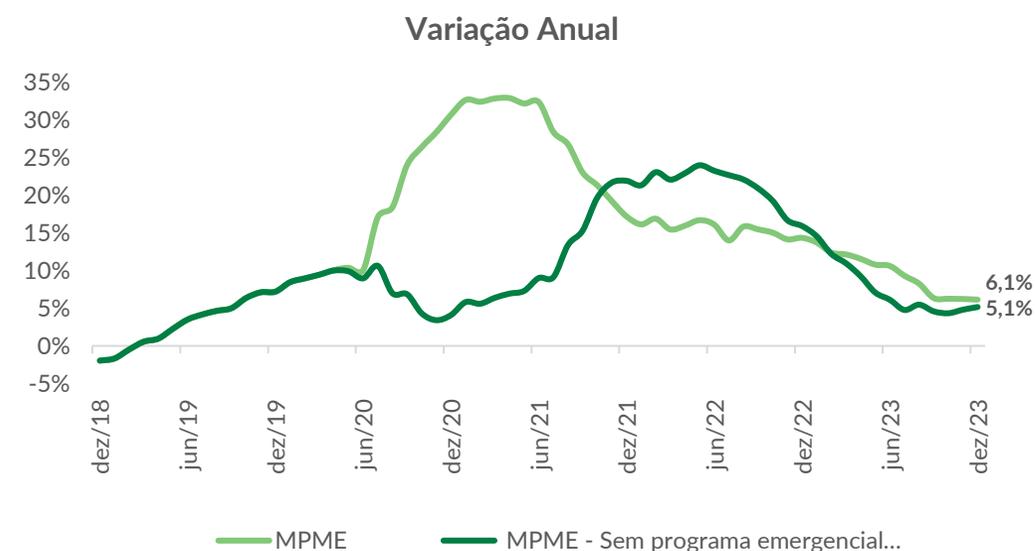
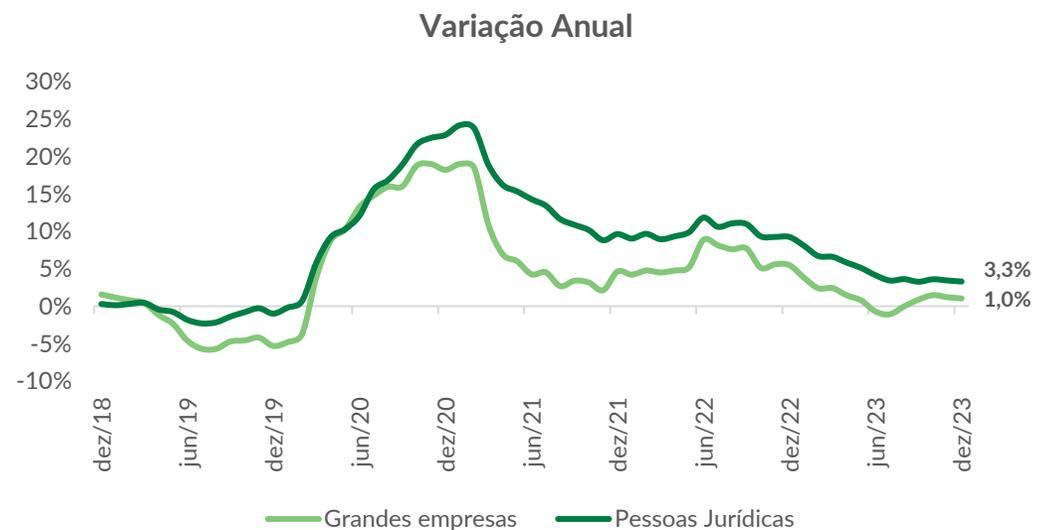
Crédito Amplo



Fonte: Banco Central do Brasil

- Com a consolidação do movimento de retomada, o mercado interno de dívida corporativa ganhou representatividade como fonte de financiamento no crédito amplo, especialmente para as Ge. As debêntures continuaram como o principal instrumento no mercado de capitais, com destaques para as destinações para gestão ordinária, investimento em infraestrutura e pagamento de dívidas.
- Com a provável manutenção das elevadas taxas de crescimento em 2023 nos instrumentos do mercado de capitais, essas operações deverão continuar ganhando participação no crédito total para PJ. Já as captações externas deverão continuar relativamente estáveis.
- Após a entrada em vigor da Resolução CMN 5.119/24, que promoveu ajustes nos lastros elegíveis e nos prazos de vencimento das LCA, LCI e LIG, houve uma queda na rentabilidade das debêntures incentivadas.
- Ainda que desacelerando o seu ritmo de evolução, os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) apresentaram desempenho positivo. Em termos prospectivos, as alterações das regras para emissão de CRI e CRA devem afetar este mercado, porém o impacto deverá ser compensado pela promulgação da lei que criou as debêntures de infraestrutura, onde o benefício fiscal é transferido do investidor para o emissor.
- Por outro lado, o estoque de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) acelerou em termos de crescimento, especialmente no último trimestre do ano.

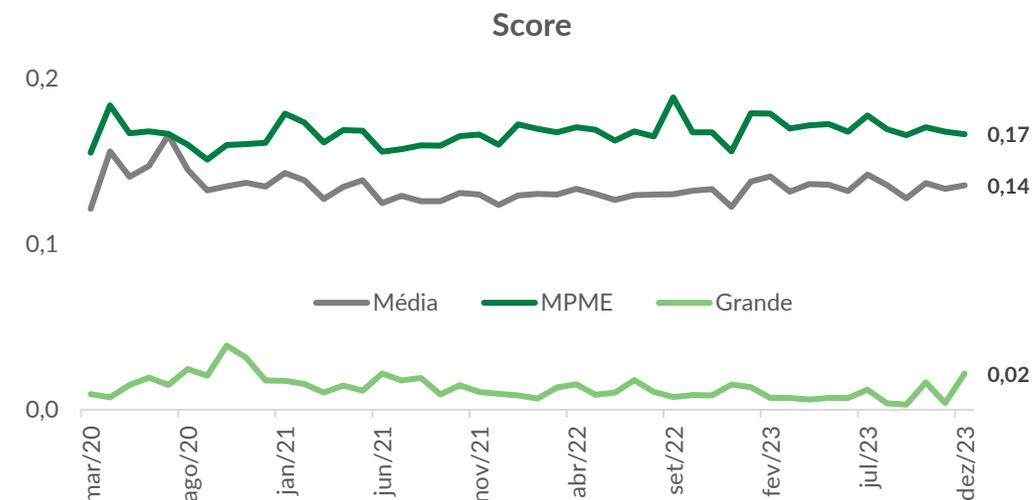
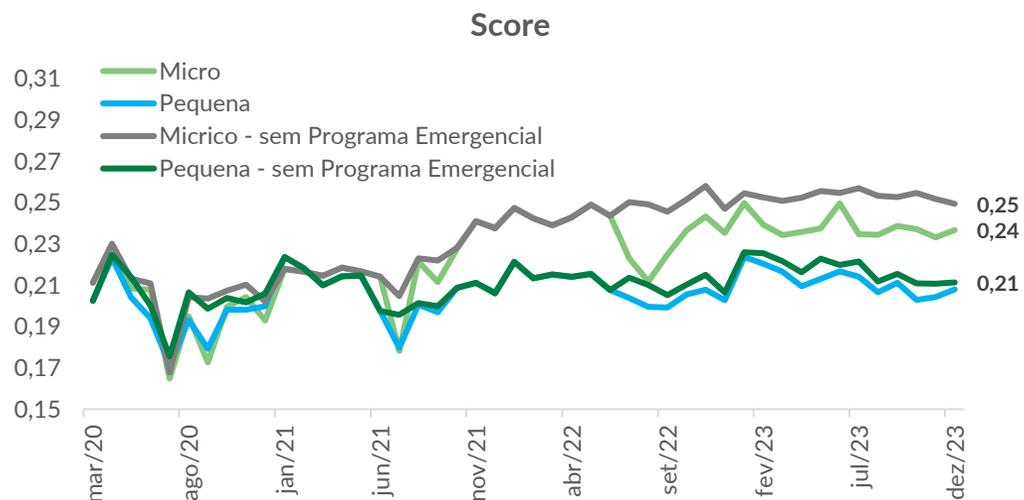
Crédito PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- O crescimento do saldo da carteira de crédito para PJ exibiu uma trajetória de desaceleração, saindo de um aumento de 9,3% a.a. em dez/22 para 3,3% a.a. em dez/23. Na decomposição por porte do tomador, a redução para as MPME foi de 14,3% a.a. para 6,1% a.a., enquanto para as GE foi de 5,5% a.a. para 1,0% a.a.. Já o crescimento dos empréstimos para as MPME que não se valeram dos programas emergenciais recuou de 15,9% a.a. em dez/22 para 5,1% a.a. em dez/23.
- A perda de dinamismo foi mais pronunciada no segmento das microempresas, com as concessões ainda bastante influenciadas pelos programas emergenciais. No caso das pequenas, o aumento observado refletiu o comportamento das modalidades de capital de giro com prazo superior a 1 ano e de financiamento de veículos automotores. Nas médias empresas, vale sublinhar o financiamento de veículos automotores, de infraestrutura e desenvolvimento e projetos. O crédito às Ge recuperou-se no 2º semestre, com destaque para as operações de crédito rural (em especial, industrialização) e com recebíveis.

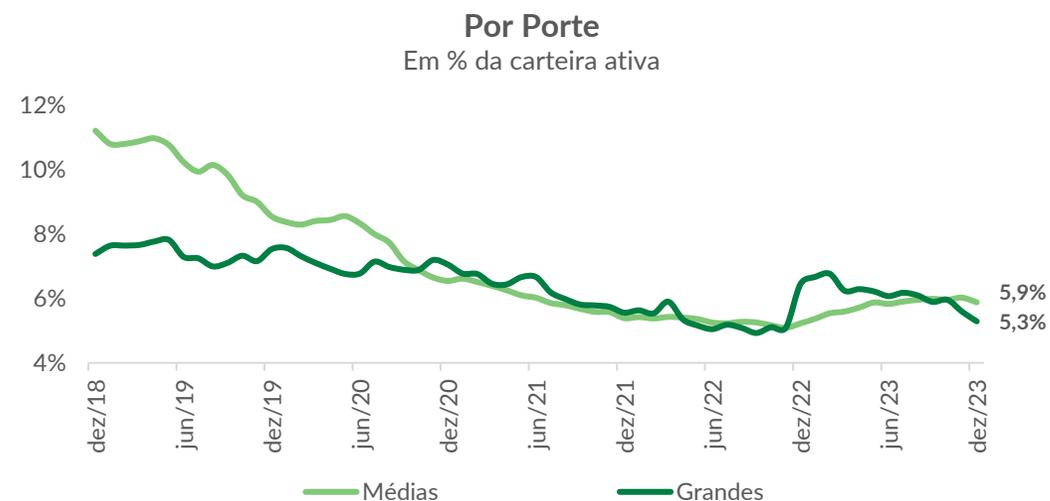
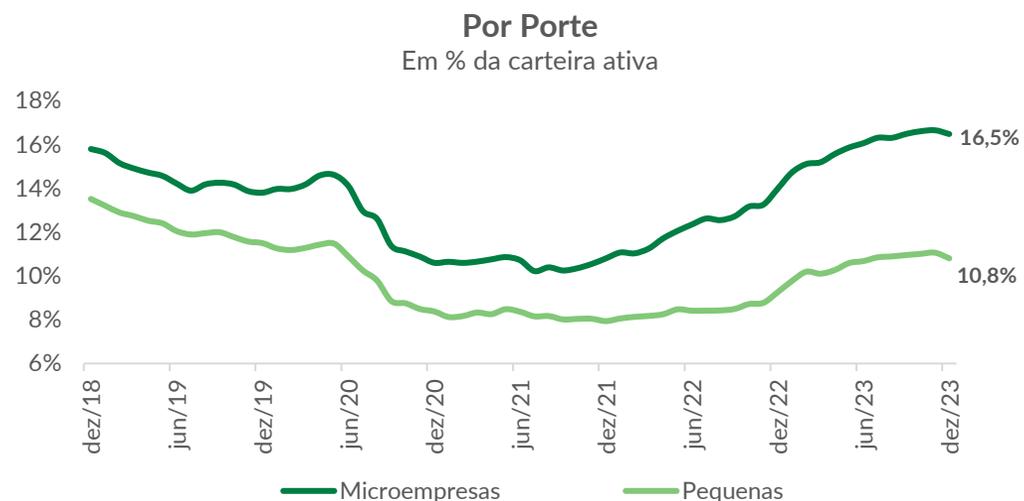
Apetite ao Risco PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- Apesar da desaceleração destacada no crédito às PJs, as IFs apontaram de forma geral, uma continuidade da melhora dos fatores de oferta e demanda no primeiro trimestre de 2024, com destaque para a captação de novos clientes no caso das MPME e as melhores condições econômicas e de competição entre bancos no caso das Ge
- No 2º semestre, o apetite a risco das IFs não apresentou alterações relevantes. Para as micro e pequenas empresas, desconsideradas as operações de programas emergenciais não se observou alteração significativa da qualidade das operações que foram contratadas. Entretanto, a desaceleração do ritmo de crescimento desse segmento pode indicar maior rigor nas contratações, principalmente pelo fato de que parte importante dos novos créditos foram de programas emergenciais.
- Para as médias e grandes empresas, também não se identificaram mudanças relevantes nos critérios de contratação das novas safras na comparação geral com o 1º semestre de 2023. Não sendo vislumbrada alteração no cenário de curto prazo, pois as IFs indicam padrão de aprovação de crédito ainda flexível tanto para MPME quanto para Ge.

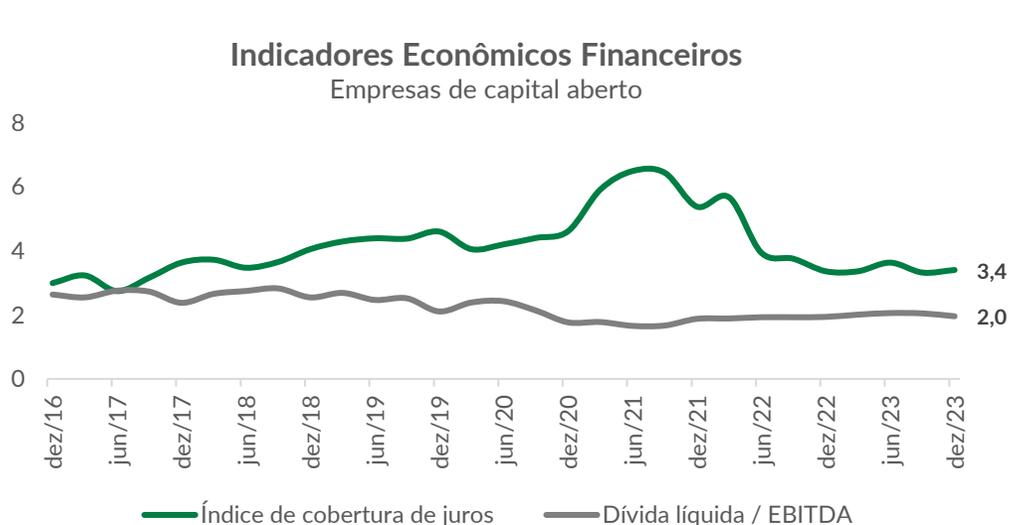
Ativos Problemáticos PJ



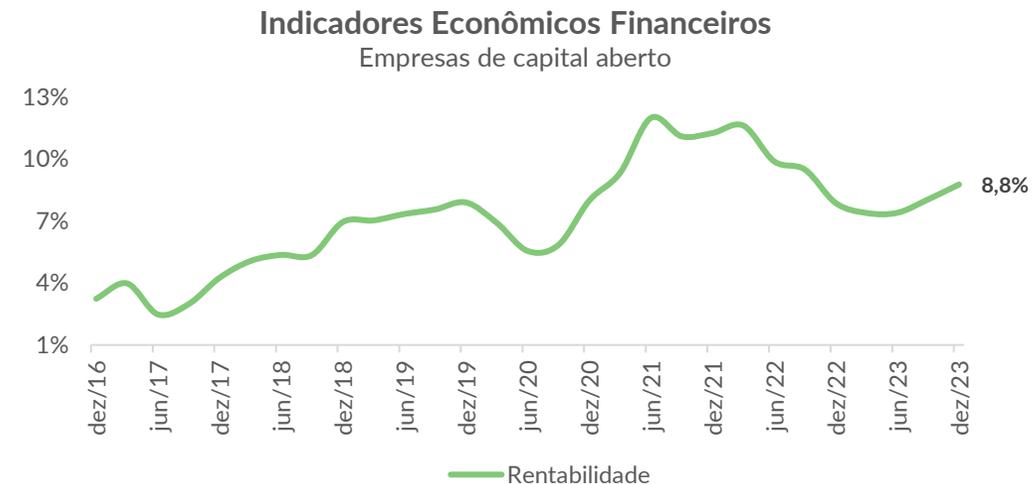
Fonte: Banco Central do Brasil

- Com uma expectativa de estabilização futura, a materialização do risco de crédito no 2º semestre apresentou alguns sinais de acomodação para as MPMe. O percentual de Ativos Problemáticos (APs) das microempresas ficou em 16,5%, com elevações de 0,4 p.p. no semestre e de 2,5% em 12m. Em 10,8%, o indicador para as pequenas empresas acumulou altas de 0,1 p.p. no semestre e de 1,6 p.p. em 12m. Com crescimentos de 0,1 p.p. no semestre e de 0,7 p.p. em 12m, o percentual das médias empresas encerrou 2023 em 5,9%. Por sua vez, o percentual de AP das Ge registrou quedas de -0,8 p.p. no semestre e de -1,2 p.p. no ano para 5,3%.
- De forma prospectiva, a manutenção dos critérios de contratação e a estabilidade das probabilidades de default da carteira não problemática das MPMe no último trimestre sugerem que a materialização de risco futuro para o segmento deva continuar em patamares similares aos atuais. Para as Ge, a projeção é de que as baixas a prejuízo tendam a superar as novas entradas em APs, o que levaria o percentual de materialização de risco a continuar em queda.

Capacidade de pagamento PJ



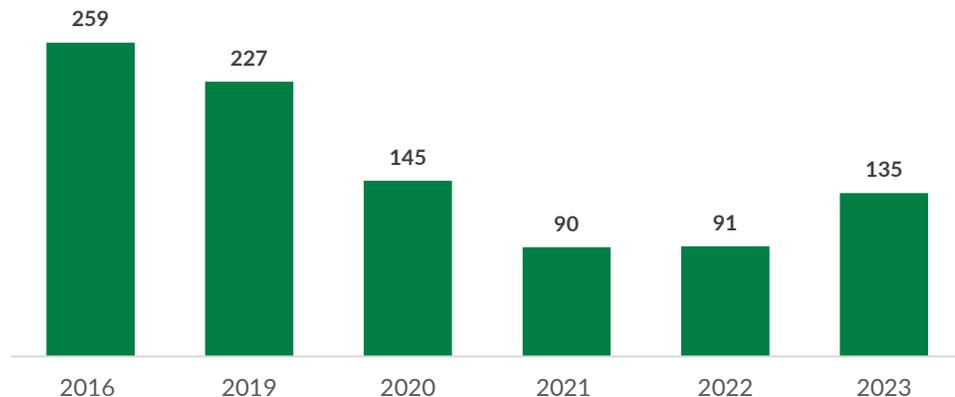
Fontes: Economática



- Os indicadores da capacidade de pagamento das Ge apresentaram sinais opostos. Para as empresas de capital aberto, a alta dos custos de produção e das despesas financeiras foram fatores que influenciaram nas quedas do índice de cobertura de juros e de rentabilidade a partir de mar/22. O índice de cobertura da taxa de juros encerrou 2023 em 3,4, o que representou uma queda de -0,2 no 2º semestre, finalizando no mesmo patamar de dez/22. Por sua vez, a rentabilidade elevou-se em 1,4 p.p. no semestre para 8,8% (7,9% em dez/22). O endividamento dá sinais de estabilização, com a relação da dívida líquida sobre o EBITDA registrando queda de -0,1 p.p. no semestre para 2,0% (1,9% em dez/22).

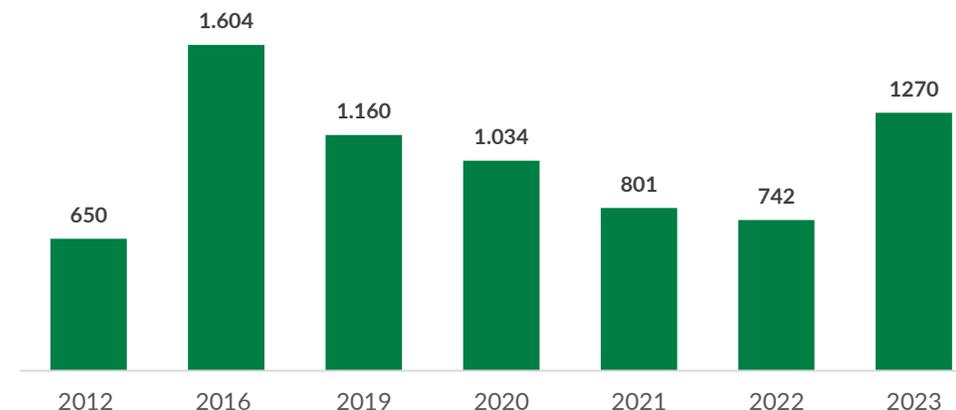
Capacidade de pagamento PJ

Empresas em Recuperação Judicial
Requerimentos acumulados jan-dez - Ge



Fontes: Serasa Experian.

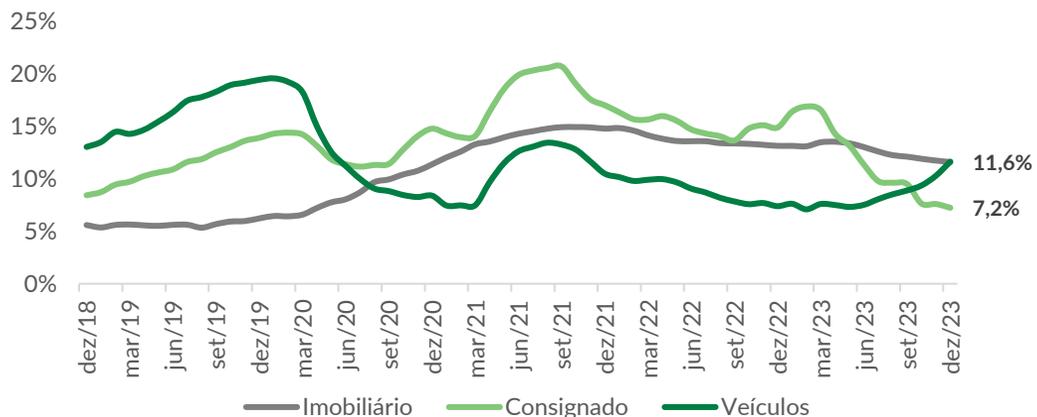
Empresas em Recuperação Judicial
Requerimentos acumulados jan-dez - MPMe



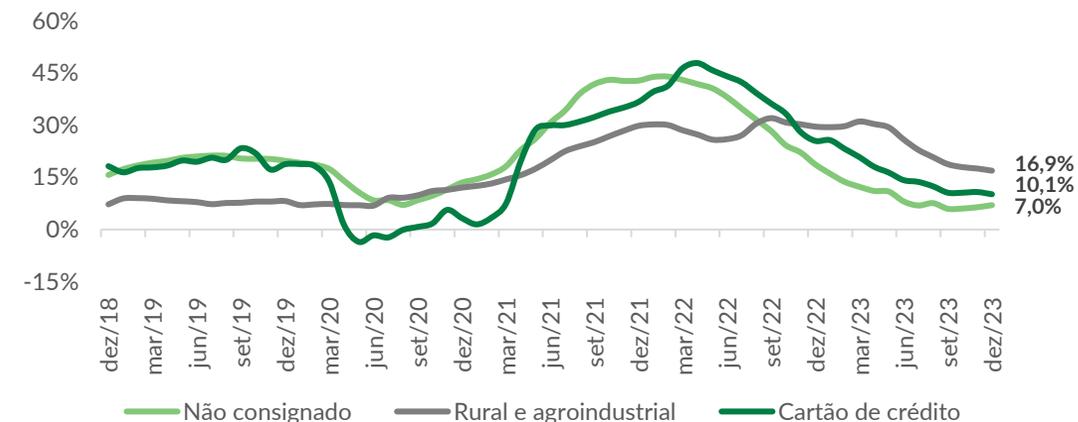
- Em um cenário desafiador para as MPMe, tanto o volume relevante de requerimentos de recuperação judicial em 2023, como o aumento recente da materialização de riscos são elementos que denotam os riscos para a capacidade de pagamento dessas empresas. Conforme apontado pelas instituições do SFN, ainda que estável, o grau de alavancagem das empresas como um todo continua avaliado como elevado. Apesar da tendência de redução dos custos das dívidas, a melhoria desse quadro dependerá basicamente da evolução da atividade econômica.
- Os requerimentos de recuperação judicial voltaram a registrar expansão, em maior intensidade para as MPMe. Totalizando 1270 requerimentos, as recuperações judiciais para as MPMe acumularam um crescimento de 71,2% em relação a 2022, alcançando o 2º maior patamar desde 2016. Em menor intensidade, os requerimentos de recuperação judicial para as Ge subiram 48,4% a.a., alcançando 135 pedidos.

Crédito PF

Varição Anual da Carteira PF
Por modalidade



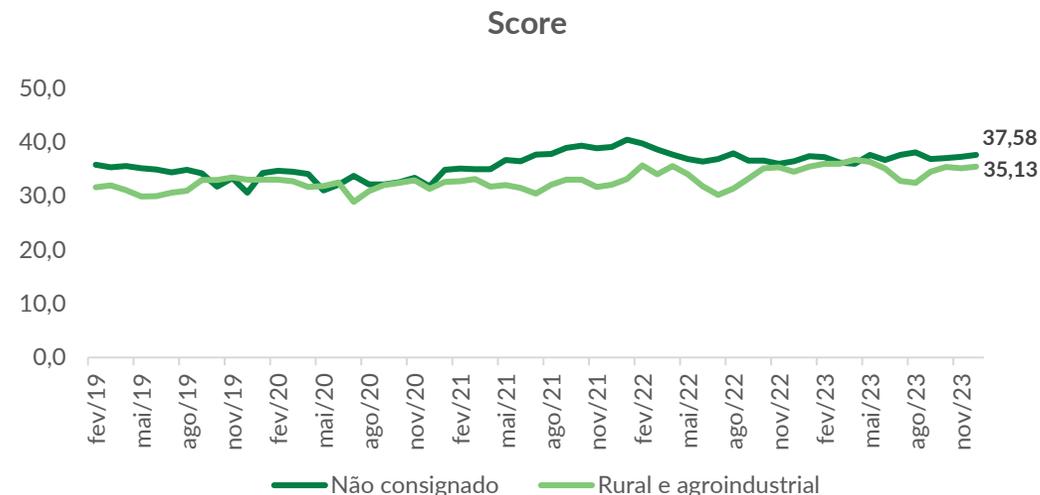
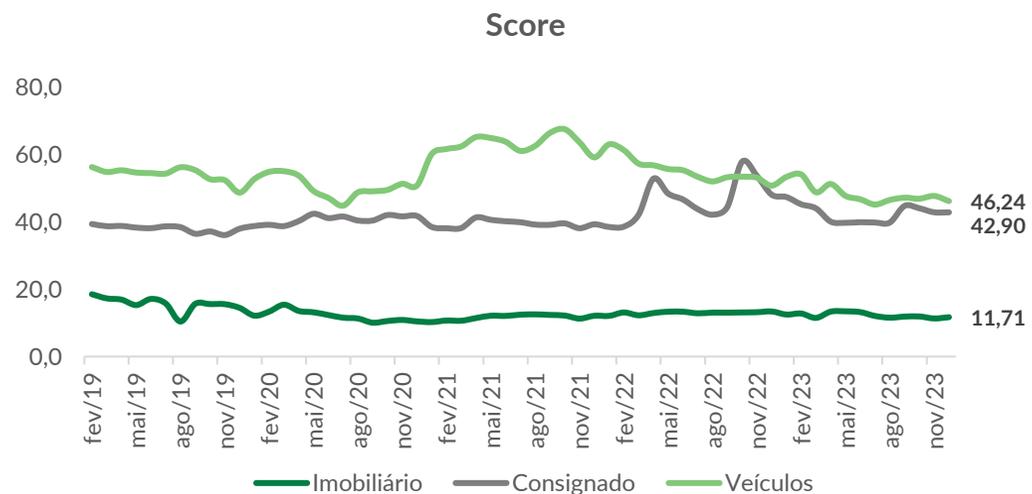
Varição Anual da Carteira PF
Por modalidade



Fonte: Banco Central do Brasil

- Com exceção da modalidade financiamento de veículos, o crescimento do crédito às famílias continuou desacelerando. Contudo, os saldos com cartão de crédito e crédito não consignado apresentaram um crescimento mais estável nos últimos meses de 2023.
- Em dez/23, o avanço anual era de: 11,6% a.a. no financiamento imobiliário (13,1% a.a. em dez/22), de 7,2% a.a. no consignado (14,9% a.a. em dez/22), de 16,9% a.a. no rural e agroindustrial (29,6% a.a. em dez/22), de 10,1% a.a. no cartão de crédito (25,5% a.a. em dez/22); de 7,0% a.a. no crédito não consignado (18,7% em dez/22); e de 11,6% a.a. (7,4% a.a. em dez/22) no financiamento de veículos.
- A desaceleração mais acentuada na modalidade cartão de crédito verificou-se nas faixas de renda mais baixas. No que tange ao volume de contratação do financiamento imobiliário, houve ao longo de 2023 uma mudança na *mix*, com ganho de participação da linha com o fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por conta da maior flexibilidade dos critérios de elegibilidade e da maior disponibilidade de recursos.
- Espera-se uma melhora dos fatores de oferta e demanda de crédito para o 1º trimestre de 2024, com um padrão de aprovação de crédito mais flexível. Contudo, a expectativa para o crédito habitacional é de que o custo e a disponibilidade do *funding* sejam fatores negativos.

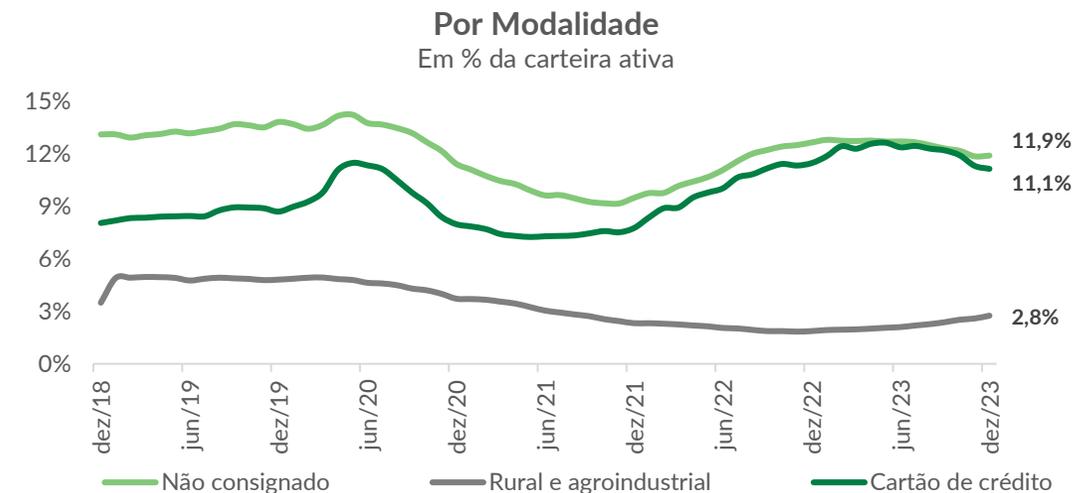
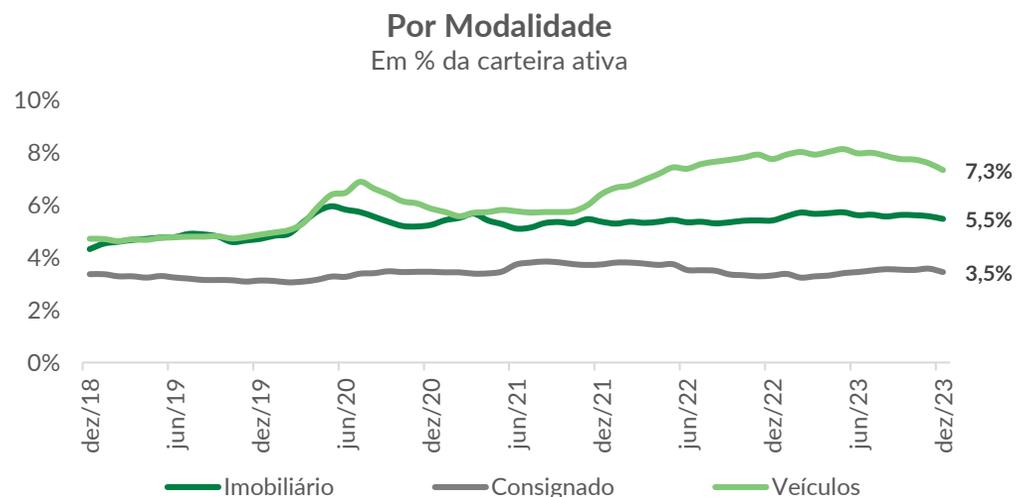
Apetite ao Risco PF



Fonte: Banco Central do Brasil

- No geral, o apetite ao risco das IFs nas concessões de crédito às famílias ficou relativamente estável no 2º semestre de 2023. A partir de setembro, houve um aumento nas operações de crédito consignado com a contratação de novas operações com os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Indicando um conservadorismo das IFs, a oferta no cartão de crédito cresceu em maior proporção para as maiores faixas de renda. No financiamento imobiliário, apesar de a participação do Sistema de Amortização Constante (SAC) mostrar-se estável no semestre, ainda está em patamar inferior ao observado em meados de 2021. O prazo médio de contratação da linha com o FGTS voltou a apresentar aumento. Os 2 fatores devem ser monitorados nos próximos trimestres, pois podem indicar um maior apetite ao risco na modalidade. Por fim, o aumento importante das contratações de financiamento de veículos no fim de 2023 pode indicar uma maior propensão à tomada de risco das IFs.

Ativos Problemáticos PF



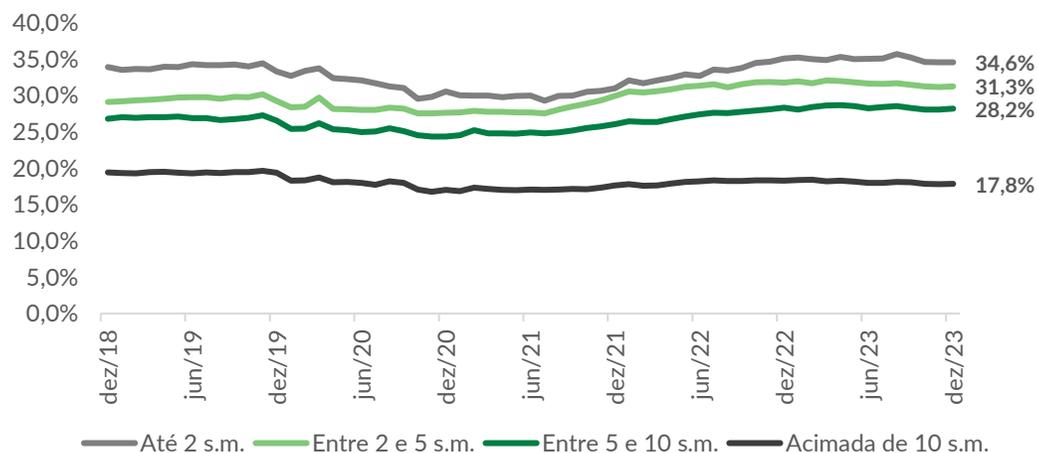
Fonte: Banco Central do Brasil

- A materialização de risco recuou na maioria das modalidades para PF. As exceções ficaram para o rural e agroindustrial, que fecharam em alta. O crédito consignado que ficou estável. A melhora no *mix* de produtos, com avanço nas modalidades menos arriscadas, associada a critérios de contratação estáveis, continua a se traduzir em redução ou relativa estabilidade das estimativas de probabilidade de *default*, o que sugere uma redução dos percentuais de APs nos próximos meses. Outro fator que corrobora essa expectativa é a queda do percentual de pré-ativos problemáticos ao longo do último semestre de 2023.
- No semestre, os percentuais de APs recuaram em -1,2 p.p. para 11,1% no cartão de crédito (11,5% em dez/22), -0,8 p.p. para 11,9% no crédito não consignado (12,6% em dez/22), em -0,6 p.p. para 7,3% no financiamento de veículos (7,8% em dez/22) e em -0,1 p.p. para 5,5% no financiamento imobiliário (5,4% em dez/22). Na mesma base comparativa, o percentual de APs no crédito consignado ficou estável no semestre em 3,5% (3,3% em dez/22), enquanto para o crédito rural e agroindustrial subiu 0,7 p.p. para 2,8% (1,9% em dez/22).

Capacidade de Pagamento PF

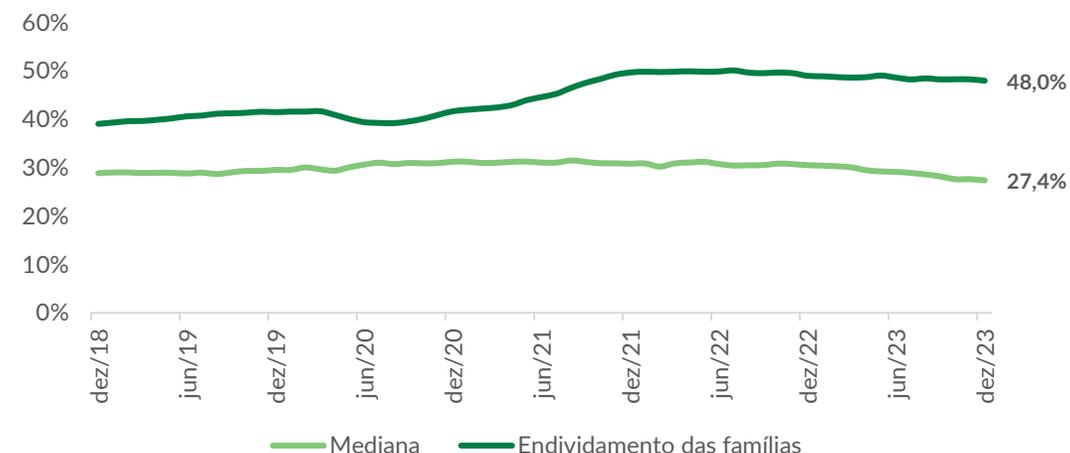
Comprometimento de Renda

Por faixa de renda - média aparadas a 1% - com ajuste sazonal



Endividamento Individual

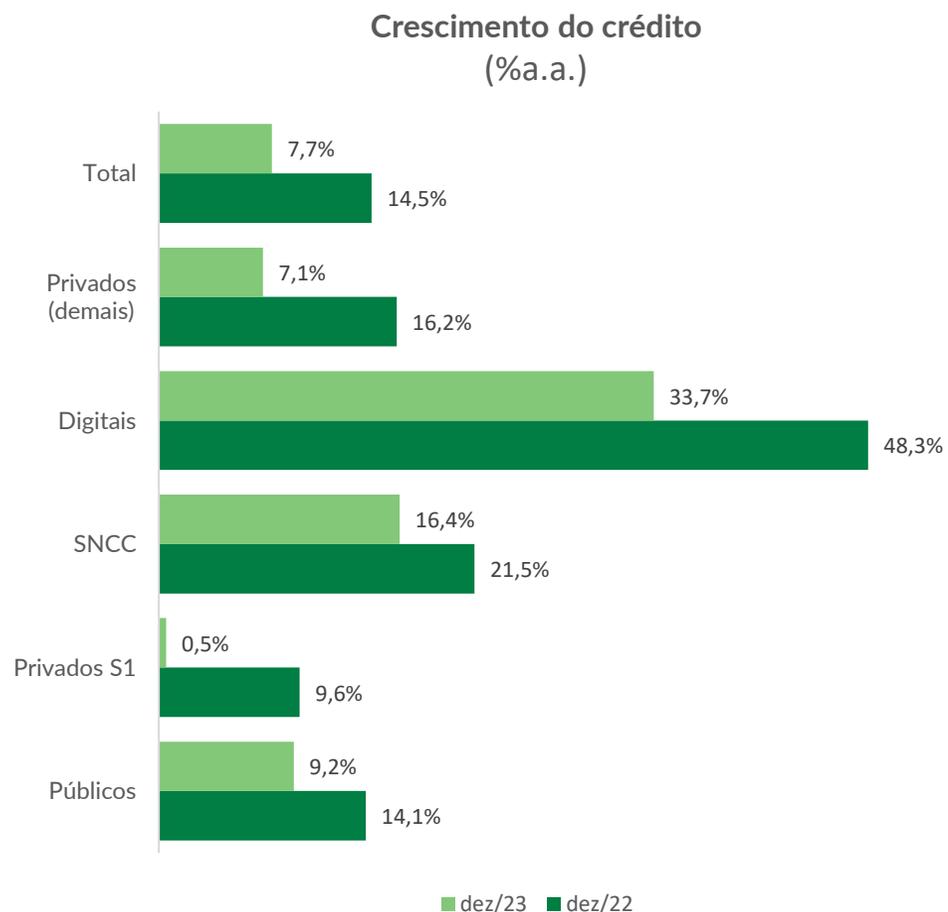
Intervalo interquartil - com ajuste sazonal



Fonte: Banco Central do Brasil

- No 2º semestre de 2023, houve uma ligeira melhora na capacidade de pagamento das famílias. Como medida agregada, que compara o serviço da dívida dos tomadores de crédito do SFN com a renda nacional disponível bruta das famílias (RNDBF) restrita, o comprometimento de renda das famílias era de 26,1% em dez/23, acumulando uma redução de -2,4 p.p. no semestre (-1,2 p.p. em 12m). A distribuição do Comprometimento de Renda Individual (CRI) dos tomadores de crédito do SFN, com base em dados de cada indivíduo informados no SCR, também apresentou leve redução. Na média aparada a 1%, a melhora observada foi mais significativa nas classes de menor renda. A queda foi de -0,5 p.p. para 34,6% na faixa de até 2 salários-mínimos (SM) e de -0,4 p.p. para 31,3% na de 2 a 5 SM. Entre 5 e 10 SM, o indicador ficou estável em 28,2%. Para quem recebe mais de 10 SM, houve redução de -0,2 p.p. com o comprometimento fechando em 17,8%.
- Em consonância, o endividamento das famílias, que compara a dívida dos tomadores de crédito do SFN com a RNDBF restrita acumulada nos últimos 12m, registrou uma queda de -0,6 p.p. no semestre (-1,0 p.p. em 12m) para 48,0%. Com uma redução mais significativa, a mediana do Endividamento Individual dos tomadores de crédito do SFN caiu -1,8 p.p. no semestre (-3,1 p.p. em 12m), encerrando em dez/23 em 27,4%. Apesar da melhora, os indicadores de comprometimento da renda e endividamento das famílias permanecem em níveis historicamente elevados. Porém, esperam uma melhora, com o atual ciclo de afrouxamento monetário, o aumento da renda bruta das famílias e as recompensações salariais impactando positivamente a capacidade de pagamento das PF nos próximos trimestres.

Desconcentração do crédito



- Ainda que fosse mantido o baixo apetite ao risco, a desaceleração do crescimento da carteira de crédito perdeu força em todos os segmentos do SFN. A carteira de crédito dos bancos privados do segmento prudencial S1 apresentou o menor crescimento entre os segmentos analisados. As entidades de SNCC mantiveram um ritmo de expansão mais acelerado.
- Dessa forma, a concentração do mercado de crédito bancário doméstico manteve-se em queda. As entidades digitais, as cooperativas e as demais entidades privadas aumentaram sua participação na carteira de crédito do SFN no 2º semestre de 2023, enquanto os bancos privados do segmento prudencial S1 reduziram a sua parcela de mercado.
- O aumento da participação das cooperativas de crédito ocorreu principalmente na carteira de micro e pequenas empresas, enquanto o crescimento das entidades digitais ocorreu em cartões de crédito para PF.

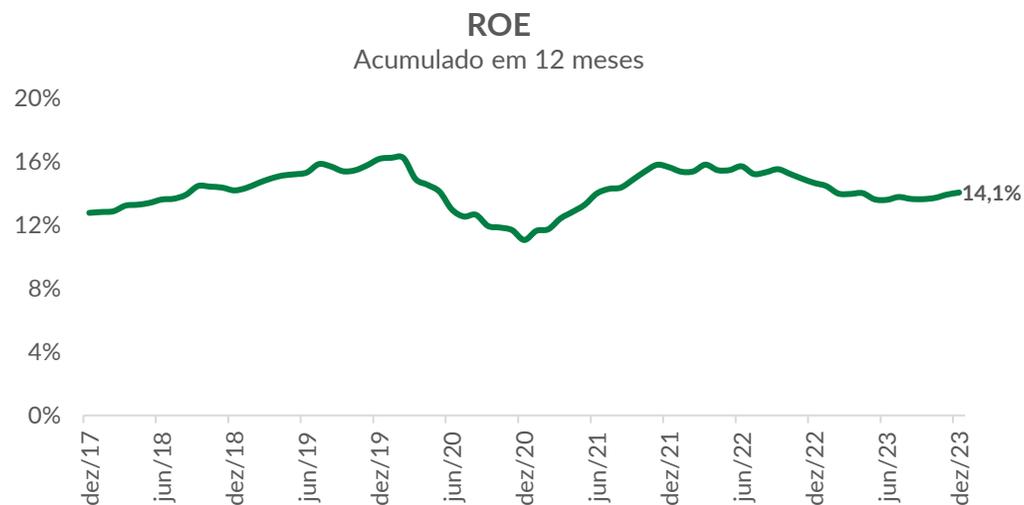
Provisões

Segmento		Perda Esperada	Provisão	Cobertura
Públicos	jun-23	3,8%	5,0%	1,33
	dez-23	3,8%	4,9%	1,28
Privados S1	jun-23	7,5%	8,4%	1,13
	dez-23	7,0%	7,8%	1,11
SNCC	jun-23	4,7%	4,8%	1,02
	dez-23	4,8%	5,1%	1,05
Digitais	jun-23	9,4%	8,1%	0,86
	dez-23	8,9%	7,1%	0,79
Privados (demais)	jun-23	5,5%	5,0%	0,92
	dez-23	5,0%	4,8%	0,95
Total	jun-23	5,5%	6,2%	1,14
	dez-23	5,3%	5,9%	1,11

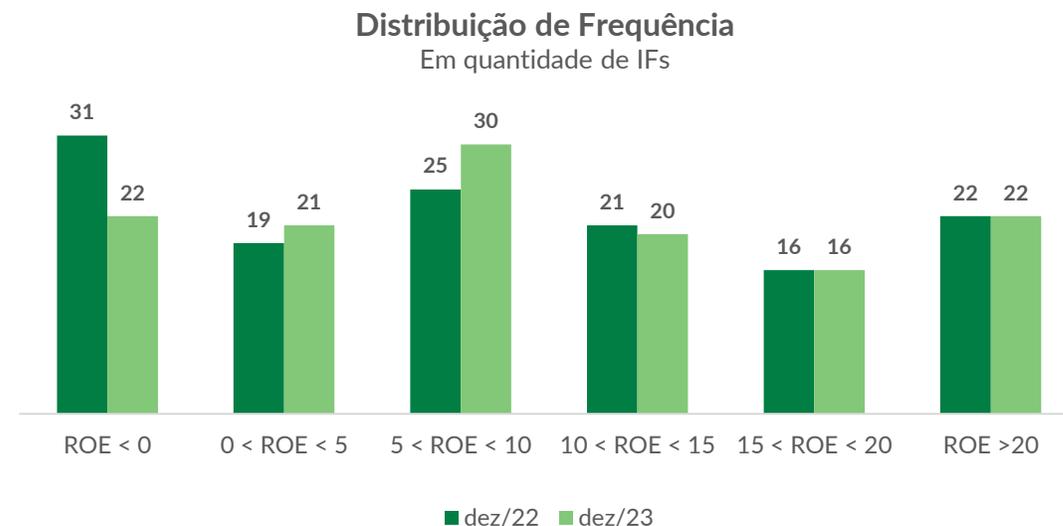
Fonte: Banco Central do Brasil

- O risco materializado na carteira de crédito reduziu-se em todos os segmentos, com a exceção do relativo às cooperativas de crédito. A participação dos APs recuou no 2º semestre de 2023, principalmente nas entidades digitais. Com maiores níveis de risco materializado, os bancos privados S1 apresentaram comportamento similar no que tange ao APs.
- As provisões mantiveram-se superiores às estimativas de perda esperada, acompanhando a melhora do risco e a redução das perdas esperadas no período. Com isso, o IC do SFN ficou em 1,11 em dez/23 ante 1,14 em jun/23 (1,12 em dez/22). Dentre os segmentos, os maiores IC foram para os bancos públicos (1,28) e privados S1 (1,11). Os bancos digitais e demais bancos privados exibiram um IC de 0,79 e 0,95, respectivamente.

Rentabilidade

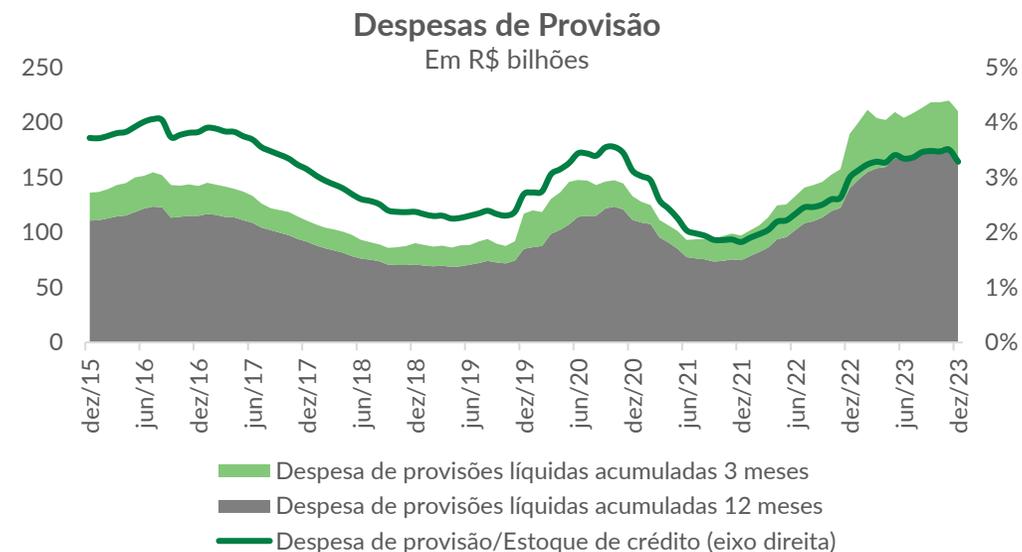
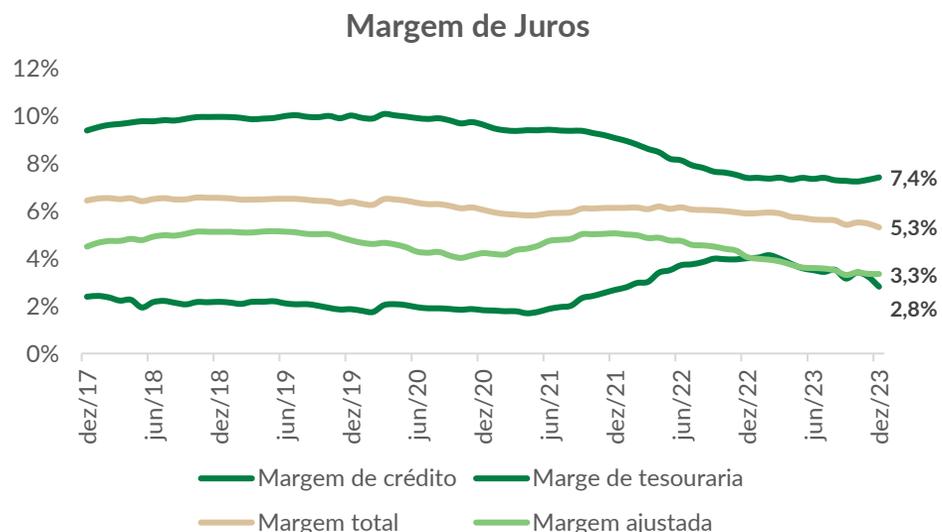


Fonte: Cosif



- A rentabilidade do sistema bancário recuperou-se no 2º semestre de 2023. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) subiu 0,5 p.p. para 14,1% (14,7% em dez/22). Na comparação com dez/22, constatou-se uma redução na quantidade de IFs com ROE abaixo de 0%. Nas faixas entre 5% e 10% e entre 10% e 15% houve aumento, enquanto nas maiores faixas de ROE o número permaneceu estável.
- As IFs mantêm uma perspectiva positiva para a rentabilidade em 2024, apoiada na evolução da qualidade nas concessões de crédito, no ciclo de queda na taxa Selic e no processo de desinflação, que deverá diminuir as pressões sobre os custos operacionais.

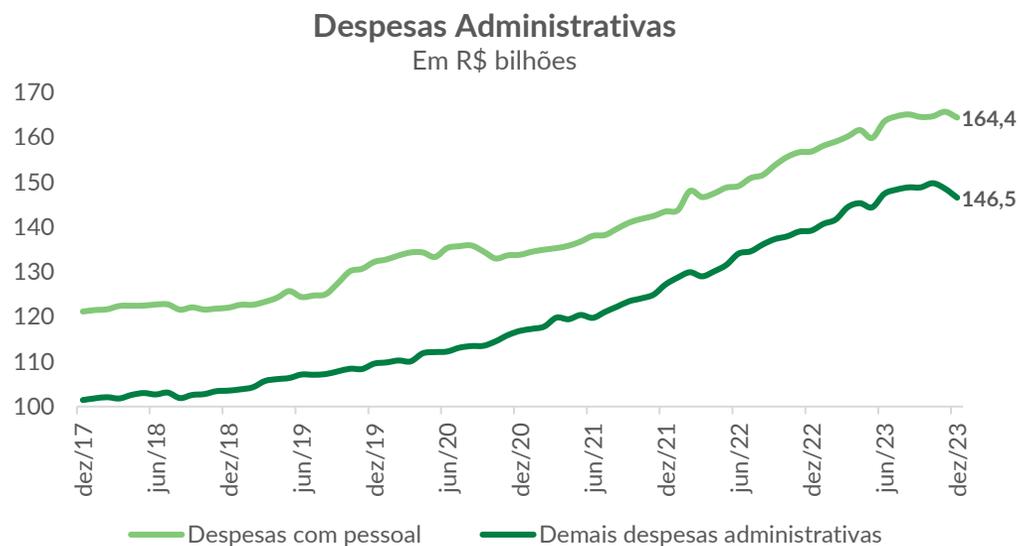
Resultados de Intermediação



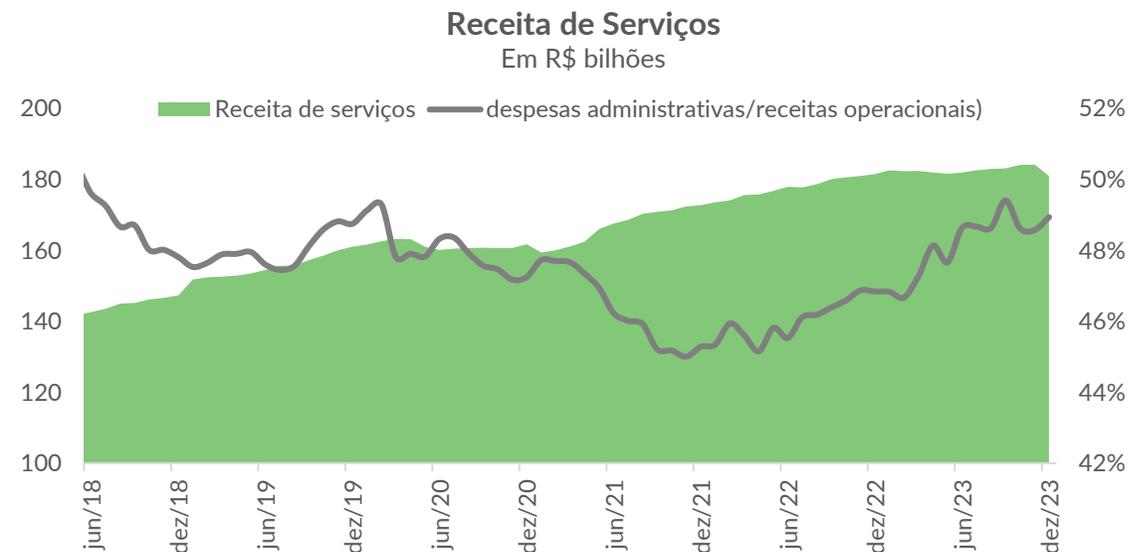
Fonte: Banco Central do Brasil

- Como a diferença entre as rendas de juros e as despesas de juros, sem considerar os efeitos das despesas com provisões para perdas, o resultado de juros (NII) seguiu praticamente estável ao longo do 2º semestre, oscilando de 5,6% em jun/23 para 5,3% em dez/23 (5,9% em dez/22). No semestre, a queda de -0,7 p.p. para 2,8% no NII de tesouraria foi praticamente compensada pela elevação de 0,1 p.p. para 7,4% no NII de crédito. O movimento no NII de tesouraria foi alavancado pela redução dos rendimentos da carteira de títulos. Já a elevação no NII de crédito segue sendo influenciado pela queda nas despesas de captação e pelas contratações de crédito em modalidades com taxas mais altas.
- A continuidade do ciclo de afrouxamento monetário tende a continuar impulsionando o NII de crédito e pressionando o NII de tesouraria, a expectativa é que a margem de crédito siga melhorando e contribua para uma recuperação da margem de juros do sistema.
- As despesas de provisões líquidas acumuladas em 12m encerraram 2023 com uma alta de 20,1% a.a.. Contudo, apresentaram relativa estabilidade no último trimestre do ano. O crescimento dos APs e o caso de *default* de uma grande varejista favoreceram o crescimento das despesas com provisões, com reversão ainda no 1º semestre do ano e estabilidade no 2º semestre. Dadas as melhoras nos APs da carteira PF e PJ, fica uma expectativa positiva para a queda nas despesas de provisões nos próximos trimestres.

Eficiência Operacional



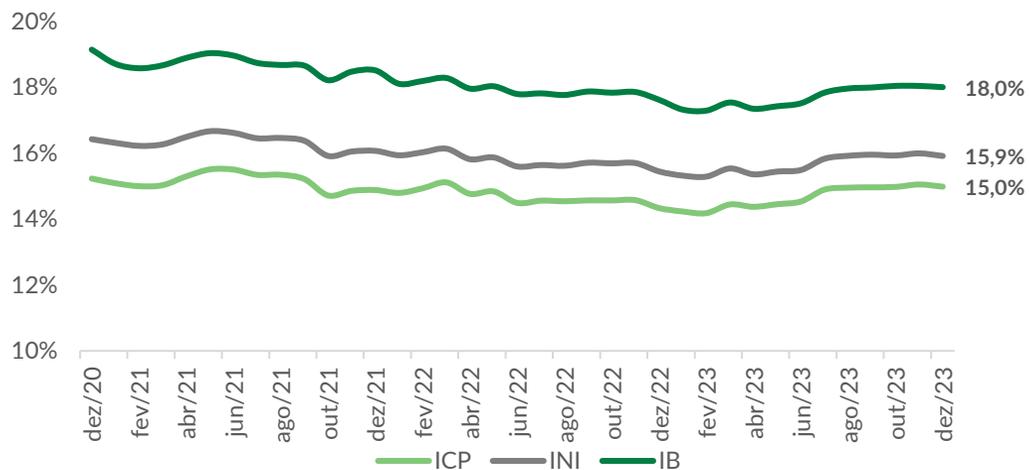
Fonte: Banco Central do Brasil



- Desde o final de 2021, o crescimento mais elevado das despesas administrativas em relação às receitas operacionais vem reduzindo a eficiência operacional. Em dez/23, as receitas operacionais cresceram em 0,5% a.a. (5,7% a.a. em dez/22), enquanto as despesas administrativas apresentavam uma alta de 5,0% a.a. (9,4% a.a. em dez/22).
- A relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais encerrou em dez/23 em 48,9% ante 48,6% em jun/23 (46,8% em dez/22). O movimento reflete as pressões inflacionárias sobre os custos e o momento adverso para o crescimento das receitas operacionais.
- As despesas administrativas ficaram praticamente estáveis no 2º semestre e as receitas operacionais registraram leve queda de -0,6%, levando a uma melhora marginal da eficiência operacional no último trimestre do ano e deixando uma perspectiva positiva no médio prazo, influenciada pela redução das pressões inflacionárias, digitalização bancária e controle dos custos, de um lado, e de outro, pelo crescimento das receitas operacionais, impulsionadas pela redução na taxa Selic e melhora da atividade econômica.

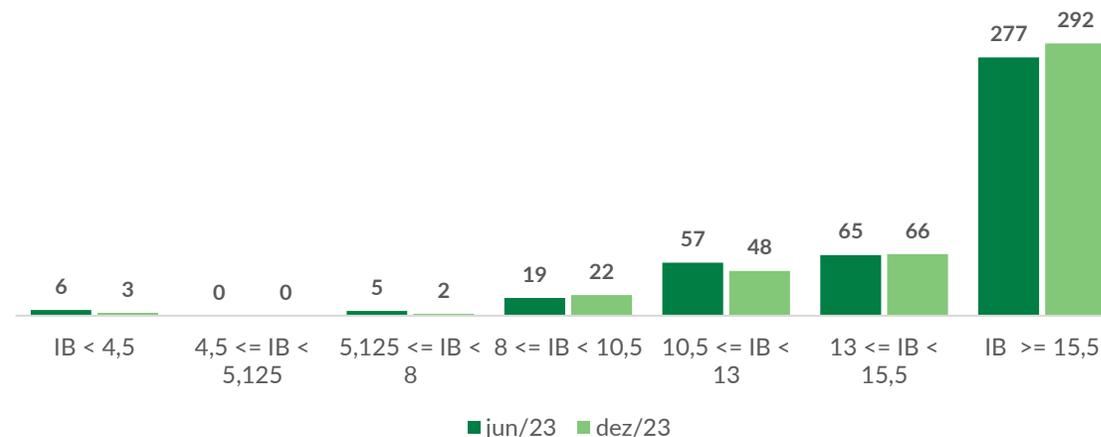
Solvência

Índices de Capitalização e Exigência Regulatória



Distribuição de Frequência ICP

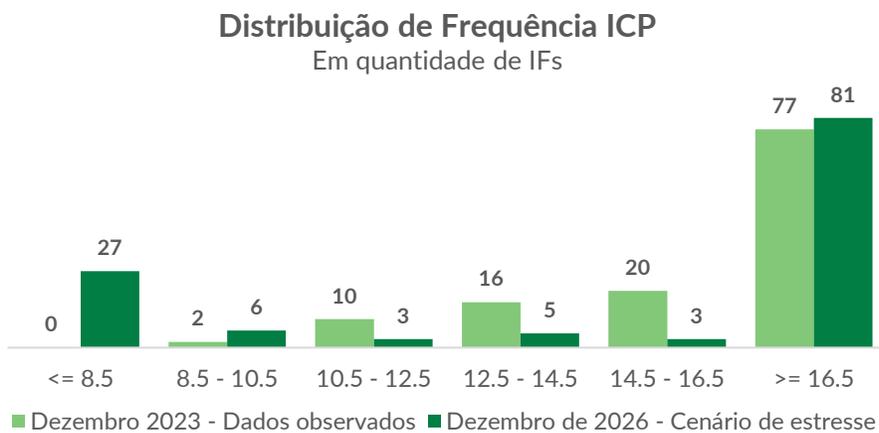
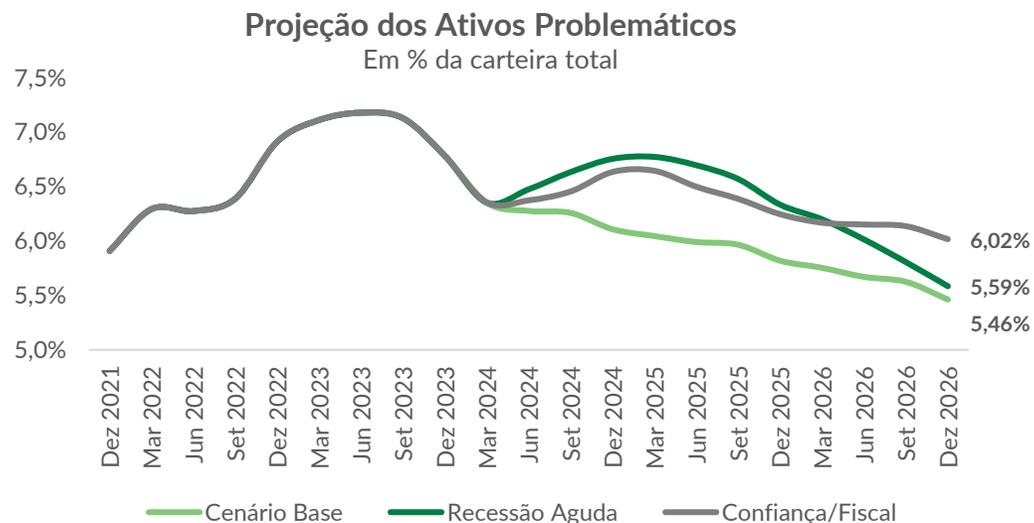
Em quantidade de IFs



Fonte: Banco Central do Brasil

- O SFN mantém-se sólido e apto a sustentar o funcionamento da atividade econômica, não representando um risco à estabilidade financeira. Os índices de capitalização permanecem confortavelmente acima dos mínimos regulamentares, de modo que 96,2% das instituições são capazes de atender ao requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) utilizando somente Capital Principal, considerado de melhor qualidade.
- O novo arcabouço prudencial para conglomerados liderados por IPs tornou a exigência de capital mais adequada ao risco incorridos. Os conglomerados tipo 2 passaram a estar sujeitos a um requerimento mínimo apurado de forma mais simplificada que os conglomerados tipo 1 e 3. Ademais, o novo arcabouço contém regra de transição com implementação integral apenas em janeiro de 2025. Atualmente, 27% dos conglomerados liderados por IPs representando 0,26% dos ativos do sistema, não atendem aos requerimentos mínimos.

Testes de Estresse

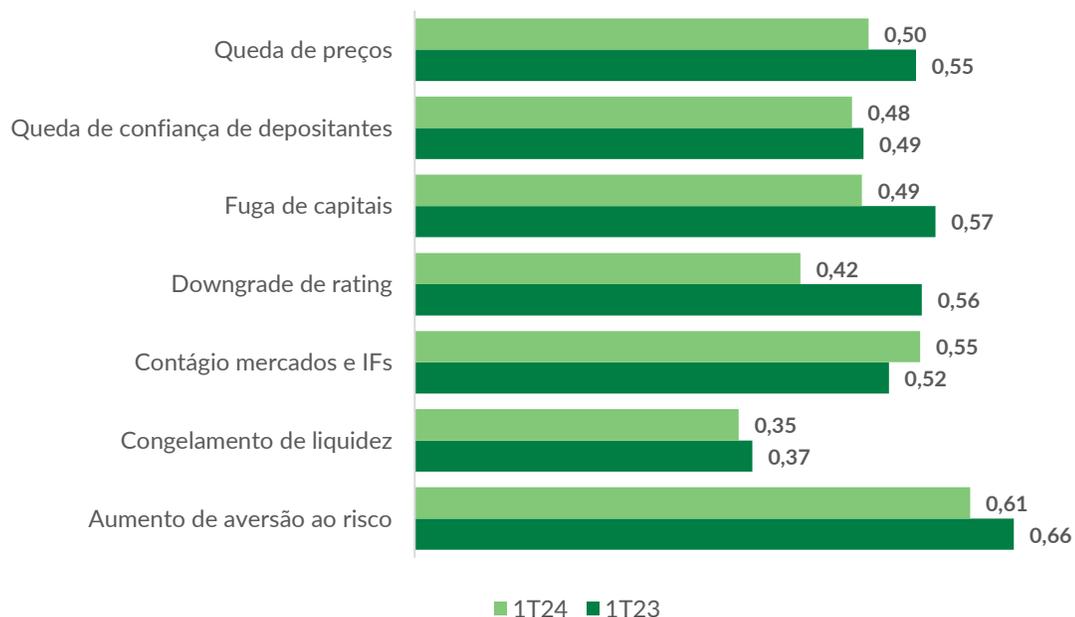


- Os testes de estresse de capital e liquidez indicam que o sistema bancário possui nível adequado de capitalização e de ativos líquidos em todos os cenários adversos simulados.
- Os testes de estresse de capital mostram que os bancos têm capital suficiente para absorver perdas e permanecer no agregado com capital acima do mínimo requerido nos cenários macroeconômicos simulados. A maior necessidade seria de 3,3% do PR atual do sistema no 12º trimestre da simulação no cenário de Estresse 2 (significativo aumento da incerteza na economia a partir do 2º trimestre de 2024, associado a uma situação de expectativa de deterioração fiscal e monetária, com aumento dos prêmios de risco, depreciação cambial acentuada, elevação da taxa de juro neutra da economia e contração da atividade econômica), ficando abaixo da simulação obtida no REF anterior, que foi de 2,0%.
- Os resultados obtidos nas análises de sensibilidade também indicam boa resistência aos fatores de risco simulados isoladamente. Somente um choque positivo muito elevado na taxa de juros poderia gerar alguma necessidade de aporte adicional de capital. Choques incrementais no risco de crédito indicam que haveria baixa necessidade de aporte de capital se os APs atingissem a maior marca da série histórica.
- O teste de estresse de liquidez indica quantidade confortável de ativos líquidos em caso de saídas de caixa em condições adversas ou choque nos parâmetros de mercado no curto prazo. Os testes de estresse de saída de depositantes apontam uma resiliência do sistema para suportar perdas de captações extremas.
- Por fim, a simulação de contágio direto interfinanceiro sugere uma baixa necessidade de recursos para capitalizar o sistema devido ao contágio causado pela saída de uma IF individualmente. No pior caso simulado, a necessidade de capital decorrente do contágio ficaria abaixo de 1% do PR do sistema.

Fonte: Banco Central do Brasil

Pesquisa de Estabilidade Financeira

Canais de transmissão de choque no SFN



Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	Ago/23	Nov/23	Fev/24		
Cenário internacional	28	39	33	Médio-Alta	Alto
Riscos fiscais	32	25	31	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	18	15	19	Médio-Alta	Alto
Risco de liquidez	3	5	5	Médio-Baixa	Alto
Risco de mercado	0	2	3	Médio-Baixa	Médio

- Em relação à pesquisa conduzida há 2 trimestres, os riscos associados ao cenário internacional passaram a ser considerados os mais importantes, em um contexto de riscos fiscais ainda considerados relevantes, mas com melhora na percepção dos ciclos econômico e financeiro.
- O cenário internacional segue impactado pelos riscos geopolíticos e pela persistência inflacionária nas economias desenvolvidas, podendo demandar uma política monetária restritiva por mais tempo.
- Aumentou a parcela das IFs que avaliam o ciclo econômico como mais positivo. As condições financeiras melhoraram, com destaque para o fortalecimento da percepção de tendência de alta na disposição das IFs para tomar riscos e no preço de ativos em relação aos fundamentos da economia, além de avaliação positiva sob acesso a *funding* e meios de liquidez.
- As percepções sobre o hiato da relação crédito/PIB continuam heterogêneas, mas com aumento da percepção de tendência de alta, e a disposição das IFs para tomar riscos aumentou. A fração dos respondentes que avaliam que a alavancagem das famílias continua elevada, permanece elevada (92%); contudo, a parcela dos que avaliam que há tendência de queda cresceu (47% em fevereiro de 2024, ante 27% em agosto de 2023). Relativamente à alavancagem das empresas, 67% dos respondentes avaliam que está elevada.
- Índice de confiança na estabilidade do SFN na visão das respondentes permanece elevado. O indicador teve pequeno aumento em relação ao nível de agosto de 2023 e está muito próximo à máxima histórica. A maioria das IFs confia muito ou completamente na resiliência do SFN (84% nas pesquisas de agosto de 2023 e de fevereiro de 2024). Nos levantamentos de nov/23 e de fev/24, não houve citações negativas (“pouca confiança” ou “sem confiança”).

Fonte: Banco Central do Brasil



Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte -
Cerqueira César São Paulo -SP



Tel.: (55) 11 3288-1688